|  |
| --- |
| **COMISSÃO DA VERDADE**  **LANÇAMENTO DO LIVRO**  **HOLOCAUSTO BRASILEIRO**  **PRESIDENTE**  **DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**  **09/08/2013** |

**COMISSÃO DA VERDADE.**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**09/08/2013**

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Então, vamos dar início aos nossos trabalhos. Vamos formalizar enquanto a gente está aguardando algumas pessoas.

Bom, então vamos lá, 61ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. Nove de agosto de 2013, Auditório Paulo Kobayashi. Está instalada a 61ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, dia 9 de agosto de 2013 na Assembleia Legislativa, no auditório Kobayashi, para lançamento do livro “Holocausto Brasileiro” da jornalista Daniela Arbex. Esclarecemos que todas as sessões da Comissão são abertas ao público.

Queria chamar o Paulo Fadigas para ficar ao lado do padre Júlio. Então, nós tentamos constituir uma Mesa com as pessoas que estão representando esse momento da luta, Padre Júlio Lancellotti, essa pessoa da resistência e principalmente da luta da internação compulsória, Dr. Paulo Fadigas, juiz da Criança e do Adolescente, a Maria Orlene representando aqui o CRP, e a vereadora Juliana Cardoso, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo e da Comissão da Verdade.

Estão presentes também o defensor Gustavo Reis e, representando o Ministério Público, Dr. Eduardo Valério. Obrigado, Dr. Valério.

E várias outras pessoas. (Palmas.)

Queria pedir, vou convidar a Daniela a vir para a Mesa, e pedir uma salva de palmas logo na abertura pela beleza, pela seriedade e pela importância do trabalho e por ela ter vindo a São Paulo, no lançamento do livro dela, que é um dia importantíssimo, mas ela fez questão de vir aqui, fazer uma conversa conosco.

Por favor, Daniela, venha para a Mesa. (Palmas.)

Depois nós vamos fazer alguns comentários, vou abrir a palavra, depois nós vamos ficar até às 16h, não é? O horário combinado. Então, até para todo mundo se organizar o tempo, tudo bem até às 16h. Ela vai fazer uma apresentação e vamos abrir as palavras para as pessoas.

Eu queria só pedir uma exceção, queria que o padre Júlio fizesse uma breve saudação e fizesse uma relação desse passado com o presente, com as dificuldades que nós estamos vivendo hoje, na questão da internação, da internação compulsória, e da luta antimanicomial.

Padre Júlio.

**O SR. JÚLIO LANCELLOTTI –** Eu só queria saudando a todos, e a você Daniela, dizer inicialmente de uma coincidência nessa data, que talvez você não tenha se dado conta. Hoje é dia 9 de agosto, e os judeus e os cristãos católicos hoje têm a memória de uma vítima do holocausto.

De uma grande mulher, e acho que essa coincidência bonita, uma grande mulher, que foi vítima do holocausto, que nasceu judia, se tornou ateia, foi filósofa e fenomenóloga, professora de Filosofia e assistente de Edmund Husserl. Ficou ateia, se converteu ao cristianismo, ao catolicismo, se tornou carmelita e morreu no campo de concentração gaseificada.

Hoje é dia de Edith Stein, Santa Teresa Benedita da Cruz. Então, é um momento, a mim toca profundamente, me emociona de ver o lançamento do seu livro e de nós estarmos fazendo essa sessão, lembrando de uma das grandes mulheres do nosso tempo, vítima do holocausto. O fato de ter aqui presente entre nós uma representação da população de rua, que se tivesse vivido no tempo do sanatório da Colônia, que aqui você retrata tão bem, de certo teriam sido todos candidatos a estarem lá. E dizer que esse holocausto brasileiro continua, nas ruas da nossa cidade, diante dos nossos olhos.

Então, a gente saúda muito o lançamento do seu livro, que pode jogar uma luz nessa questão vergonhosa da internação compulsória, e no momento em que na Câmara Municipal de São Paulo tramita um projeto de lei para fazer um banco de DNA da população de rua, do vereador Mario Covas Neto, que propõe um DNA da população de rua do Estado de São Paulo, para que não sejam depois considerados indigentes, depois da sua morte.

E depois eu vou voltar a falar dessa questão de indigentes, mas nossa homenagem, nosso reconhecimento a você, pelo trabalho e pela luz, que você joga para todos nós na nossa história.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Parabéns. Que maravilha. (Palmas.)

Malheiros acompanhe a gente aqui na Mesa, por favor. (Palmas.)

Daniela pode começar.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Eu vou pedir licença para vocês para ficar em pé, não sei falar sentada, vocês me desculpem. E vou pedir a ajuda de alguém para passar para mim essas... eu vou falando a hora que for para trocar.

Bom, eu queria agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui com vocês, de estar falando entre amigos porque eu estou me sentindo muito acolhida por todos. E eu vou contar um pouquinho, tentar contar rapidamente, porque eu sei que todo mundo quer falar alguma coisa, sobre como nasceu o holocausto brasileiro.

Que nasceu o livro, nasceu a partir de uma série de matérias que revelou, foram publicadas na “Tribuna”, em 2011, que é o jornal que eu trabalho há 18 anos, e que revelou uma das tragédias brasileiras mais silenciosas que foi a morte de mais de 60 mil pessoas, dentro do maior hospício do Brasil, que foi o Hospital Colônia de Barbacena, que entre 1903 e 1980 viveu uma história de extermínio.

Por favor, troca para mim.

Projetado inicialmente para ter 200 vagas o hospital atingiu a marca de cinco mil pacientes em 1980, milhares de homens, mulheres e crianças faleceram de tortura, diarreia, fome e frio. Próximo, por favor. No local, onde homens e mulheres e crianças eram mantidos nus. No local onde mulheres eram violentadas e tiveram arrancados seus bebês ao nascer. E que tentaram proteger a gravidez, os seus filhos passando fezes na barriga, para que naquele período dos nove meses de gestação, pelo menos naquele período, elas não fossem tocadas. Era um repelente humano.

Por favor, o próximo.

Bom, os pacientes eram mandados para a Colônia de vários cantos do Brasil e, assim como nos campos de concentração nazistas, eles eram mandados de trem e vagões de carga para a Colônia em um caminho sem volta ao inferno. Foi Guimarães Rosa que criou a expressão “trem de doido” para referir-se ao caminho da morte para a Colônia. Ele conta inclusive no conto “Sorôco, sua mãe e sua filha” a dor de um homem ao se despedir das únicas mulheres que ele tinha na vida e que seriam enviadas no trem da solidão coletiva. Eu já vou começar a chorar aqui, gente. Não vai dar certo.

Vamos lá. Documentos de 1911 demonstram, a gente achou esse documento no Arquivo Público mineiro, demonstram que não havia critério médico nenhum para a internação dessas pessoas, nesse caso ali é um documento em que uma brasileira de 23 anos chamada Maria de Jesus foi internada porque tinha como sintoma tristeza e calma. Esse foi o motivo da internação dela.

O próximo, por favor.

O meu primeiro contato com o holocausto brasileiro foi em 2009, foi quando eu tive acesso a um conjunto de imagens feitas em 1961, dentro do Colônia pelo fotógrafo Luiz Alfredo, da revista “O Cruzeiro”. E eu fui fazer uma entrevista, uma matéria do dia com o psiquiatra da minha cidade, José Laerte que hoje é o atual secretário de Saúde de Juiz de Fora, que me conhece há muitos anos e inclusive, a minha luta dentro da saúde mental e das matérias de denúncia em defesa da população, e aí, no meio da matéria ele me diz, antes que eu me esqueça de precisa tirar isso.

E tirou um livro da gaveta que trazia essas imagens. E aí nem preciso dizer para vocês que a entrevista terminou ali. Eu não tinha condições de conversar mais. Eu peguei as fotos e fiquei completamente impactada, primeiro porque as fotos não me remetiam a um hospital, mas a existência de um campo de concentração. E segundo pelo fato de como a minha geração não conhecia nada sobre essa história, e mais tarde eu vim a descobrir que o Brasil desconhecia uma das suas piores tragédias. Então, a série nasceu em uma sala de seis metros quadrados.

Vamos lá, próximo, por favor.

Bom, e aí, o que eu fiz, eu iniciei, então, eu queria contar essa história pelo olhar de sobreviventes e de testemunhas, porque essa história já havia sido denunciada pouquíssimas vezes pela imprensa, em momentos pontuais, mas nunca os sobreviventes foram procurados. E aí a minha primeira busca foi pelo fotógrafo Luiz Alfredo. Claro que ele estava vivo, e eu o encontrei em Niterói aos 79 anos.

E foi muito emocionante para mim encontrar o Luiz Alfredo, primeiro porque todo jornalista que se presa é apaixonado pela revista “O Cruzeiro”, que não é da minha época, porque quando eu nasci a revista “O Cruzeiro” estava fechando, mas eu sempre fui apaixonada pela revista. Então eu ia também homenagear aquele homem, que foi um grande fotógrafo do Brasil. e aí as memórias dele deram um pontapé inicial para a gente começar a contar essa história. E aí ele revelou em um depoimento emocionado.

Passa por favor. Eu não estou conseguindo ler ali, gente.

“Muitas vezes a gente sai para uma pauta sem saber o que vai encontrar. Foi o caso de Barbacena. Tive a sorte de estar lá e só precisei clicar a máquina, porque o horror está ali. A gente lida com muitas tragédias, vê muitas mortes, mas aquilo não era acidente. Era um crime, um assassinato em massa”.

E aí, com as imagens dele nas mãos, a próxima, por favor. Com as imagens dele nas mãos, eu parti para Barbacena para pedir ajuda da população, dos funcionários e ex-funcionários do hospital, para que me ajudassem a identificar nas fotos feitas em 1961 se havia o reconhecimento daqueles rostos, e se algumas daquelas pessoas estavam vivas.

E aí eu encontrei o primeiro sobrevivente que é o Machadinho, que até hoje está internado lá, com mais de 50 anos de institucionalização. O Machadinho está lá porque ele foi acusado e condenado à prisão perpétua de colocar veneno na bebida de alguém. Ele é inocente, mas ele passou a vida inteira encarcerado dentro do Colônia. Ele é um dos sobreviventes, um dos personagens do livro.

A Sônia é uma das pacientes que passava fezes na barriga para proteger a gravidez. Ela é uma das pacientes mais violadas do hospital. Ela ficou dois anos presa em uma cela, sem direito a luz do sol, e hoje ela é uma mulher que usa dois vestidos às vezes, porque ela não usava nenhum. Então, ela tem essa necessidade de se vestir, porque ela passou grande parte da vida dela nua, sofrendo violências, abusos, eletrochoques. Ela é uma personagem incrível.

A próxima, por favor. Bom, esse é o Cabo, ele é uma das vítimas do hospital Colônia, ele foi levado para o Colônia jovem ainda. Ele não sabe o motivo pelo qual ele foi levado para lá. Há pouquíssimos registros da vida do Antônio, que é o nome dele, antes da internação. Hoje ele vive em uma residência terapêutica desde 2003. Eu vou ler rapidinho de um trechinho que fala do Antônio, do livro.

“Antônio Gomes da Silva, 68 anos, foi um dos pacientes encaminhados para o hospital aos 25 anos. Há poucos registros sobre o personagem de Cabo, como Antônio foi apelidado. O que se conta sobre ele é que o desemprego se somou à bebedeira e ao descontrole dos negócios como Antônio diz, resultando em sua prisão. Hoje, passando mais de 30 anos do episódio, o Cabo não sabe mais o motivo pelo qual foi mandado para o Colônia, pela caneta do delegado no dia 3 de janeiro de 1969. ‘Não sei por que me prenderam. Cada um fala uma coisa. Mas depois que perdi meu emprego tudo se descontrolou. Da cadeia me mandaram para o hospital, onde eu ficava pelado, embora houvesse muita roupa na lavanderia. Vinha tudo em um caminhão, mas acho que eles queriam economizar. No começo incomodava ficar nu, mas depois a gente se acostumava. Se existe inferno, o Colônia é esse lugar’.

Antônio fala baixo quase como se não quisesse lembrar. Tem o rosto apoiado às mãos e apesar da estatura alta, parece querer esconder-se de si mesmo. Dentro da unidade manteve-se calado durante 21 dos 34 anos que ficou internado. Considerado mudo soltou a voz um dia, ao ouvir a Banda de Música do 9º Batalhão da Polícia Militar. ‘Porque você não disse que falava?’. Perguntou um funcionário da unidade surpreso com a unidade. ‘Uai, nunca ninguém perguntou’”.

Essa é a história do Cabo. Vamos para a próxima. (Palmas.)

Esse é o Silvio. Uma das 33 crianças enviadas ao Hospital Colônia, na década de 1970. Eles foram levados do hospital neuropsiquiátrico infantil de Oliveira, nós temos uma pessoa que conheceu o hospital, na década de 1970. E ele foi então, uma das 33 crianças mandadas para Colônia.

E nessa foto de 1979, ele aparece de vestido, porque ele foi mantido e criado na ala feminina do hospital, e o fotógrafo que fez essa imagem dele, teve a impressão, ao fotografar o Silvio, que ele estava fotografando um cadáver. Eu encontrei o Silvio hoje, em um lar abrigado em Belo Horizonte, e junto com ele tem mais dois sobreviventes, ex-meninos de Barbacena, que encontraram um anjo bom, chamado irmã Mercês, que foi cuidar dessas pessoas.

Ele, até os 10 anos, não sabia sequer usar o banheiro. Então, esse é o Silvio, outro personagem do Holocausto.

Por favor, vamos para o próximo.

Bom, e aí, ainda em Barbacena, eu comecei a buscar testemunhas do que havia acontecido no hospital e encontrei a Marlene Laureano, uma funcionária contratada pelo hospital em 1975, como atendente psiquiátrica, mas ela não tinha sequer o ensino médio. Bom, enfim, e uma das funções dela era colocar o capim, onde os pacientes dormiam, para secar, para que eles pudessem, na próxima noite dormir sobre o capim.

Vamos ver a foto.

E aí ela conta, esse era o pavilhão, onde os pacientes dormiam sobre o capim. Ela conta assim: “Todas as manhãs, eu tirava o capim e colocava para secar. Também dava banho nos pacientes, mas não havia roupa para colocar. Tinha um pavilhão com 300 pessoas para alimentar, mas só tinha o suficiente para 30”. Imaginem.

Próximo por favor. Pode passar, por favor.

Bom, o leito-chão, gente, confirma que o governo do estado de Minas Gerais adotou como política pública a substituição de camas por capim. Esse é um documento oficial, que está lá no Museu da Loucura, em que um representante do governo do Estado determina que outros hospitais mineiros adotem esse modelo bem-sucedido de substituir cama por capim, para economizar espaço nos pavilhões. Então essa era a política pública para os nossos indesejados sociais.

Vamos para o próximo, por favor.

A venda de cadáveres, a gente conseguiu reunir documentos que provam, que mostram e dão nome a cada um dos 1853 corpos vendidos para 17 faculdades de medicina do Brasil, entre 1969 e 1980. A venda de cadáveres, ela já era sugerida, desde 1961, na matéria da revista “O Cruzeiro”, já se falava em venda de cadáveres, mas nós não tínhamos a relação das faculdades, e nós não tínhamos os nomes e os preços. E por aqui a gente conseguiu chegar nos valores, identificar cada lote de corpo, em qual período esses lotes e esses corpos foram vendidos e para quais faculdades de medicina.

A UFMG foi a maior compradora de cadáveres do Colônia.

Próximo, por favor.

Esse é o Cemitério da Paz, onde foram enterrados os 60 mil mortos do hospital e que hoje está abandonado. Quando a gente entra lá, depois da série, principalmente depois do livro, pelo menos eles limparam o cemitério. Mas a primeira vez que entrei lá, o cemitério estava completamente abandonado e tinha ossadas expostas. Então, vocês vejam que essas pessoas não alcançaram dignidade nem na morte.

Vamos lá.

Bom, essa Débora é uma personagem muito forte dessa história. Ela foi um dos bebês doados ao nascer, dentro do hospital. E ela não sabia que era adotada e não sabia que era filha de uma paciente da Colônia até os 25 anos. Eu encontrei essa menina, me falaram que ela era filha da Sueli Resende, que era a paciente mais complexa da Colônia, a mais engraçada, a mais inteligente, a mais violenta, a mais violada.

E ela, então, me falaram que ela trabalhava em uma clínica psiquiátrica em Barbacena, eu fui até à clínica, ela não trabalhava mais, mas consegui um contato e acabei localizando ela em São João Del Rei, e aí, ela conta a saga dela em busca dessa mãe e o que mais me impressionou nessa história, é o amor que ela tem por essa mãe. É um amor incrível pela mãe que ela não conheceu. Porque quando ela localizou a mãe, a mãe tinha acabado de morrer.

Vamos para o próximo.

Bom, em Belo Horizonte, eu encontrei algumas testemunhas do holocausto, alguns médicos e psiquiatras que presenciaram algumas coisas, e o Paulo foi uma dessas pessoas. Ele conta que, em 1967, enquanto ele era estudante de medicina na UFMG, ele chegou a fazer aula de anatomia nos cadáveres de Barbacena, que ele ficava muito impressionado, naquela época, ele não sabia das histórias, com o estado daqueles cadáveres de magreza, e às vezes, ele conta, que às vezes, abria os corpos, e ainda podia se identificar pneumonia, maus tratos, enfim.

Para o próximo, por favor.

Esse é o (ininteligível) da Associação Mundial de Psicanálise, quando ele era aluno também da UFMG, ele foi até o hospital e ele ficou muito, ele fala que foi uma excursão zoológica. Que ele ficou impressionadíssimo de ver crianças presas em celas. Isso o deixou muito chocado.

A próxima, por favor.

Francisco Paes Barreto é um psiquiatra superimportante, respeitado de Minas Gerais, até hoje. E ele foi uma das primeiras vozes que ousou denunciar a Colônia, por conta disso, ele sofreu um processo no CRM, porque ele ousou denunciar o hospital.

Vamos para a próxima.

Esse é o Antônio Soares Simone, o mais baixinho, e aquele é o Franco Basaglia. O Basaglia é o psiquiatra italiano, que foi o grande precursor da reformulação do modelo manicomial na Itália e foi o Antônio Soares Simone, um psiquiatra mineiro, que trouxe Basaglia ao Brasil para conhecer em 1979 a Colônia. E foi o Basaglia a primeira voz a dizer que ele estava, que ele tinha visto, ao conhecer a Colônia, um campo de concentração nazista.

E a frase dele foi essa: “Estive hoje em um campo de concentração nazista. Em lugar nenhum do mundo eu vi uma tragédia como essa”. E ele foi também a primeira grande voz de peso que denunciou os horrores dentro do hospital, atraindo a atenção da mídia em 1979.

Bom, o Ronaldo Simões é um querido, ele é um senhor muito elegante, um psiquiatra também muito importante, que foi demitido do Estado, ele era funcionário do Estado, quando ele denunciou as atrocidades no hospital Colônia. Então, ele perdeu o emprego dele por causa disso.

Ele foi inclusive, para vocês verem quem foi esse homem, ele ciceroneou, no Brasil, uma das vindas do Focault no Brasil. ele foi cicerone do Focault, então vocês imaginam o significado dessa pessoa. E ele conta: “Havia um total desinteresse pela sorte. Basta dizer que os eletrochoques eram dados indiscriminadamente. Ás vezes a energia elétrica da cidade não era suficiente para aguentar a carga. Muitos morriam, outros sofriam fraturas graves”.

A próxima, por favor.

Bom, esse é o Helvécio Ratton, cineasta, que em 1969, era estudante de Psicologia, tinha voltado do exílio no Chile, e viu uma foto tirada clandestinamente pelo irmão de um professor, dentro do Colônia.

Ele ficou tão impressionado, que ele sentiu a urgência, a necessidade de fazer um documentário dentro do hospital e ele conseguiu. Ele conseguiu furar todos os bloqueios, entrar no hospital para fazer esse documentário e essa, essa ida dele ao Colônia acabou determinando a carreira dele como cineasta.

Ele é o autor do documentário “Em nome da razão”, quem é da área da saúde mental, provavelmente, deve ter visto. Um documentário que ficou conhecido no mundo inteiro, contando as atrocidades do hospital.

Bom eu batizei esse grupo de médicos de insurgentes, porque juntos, eles lideraram a reforma psiquiátrica mineira, em 1979. Um movimento que, mais tarde, alcançou outros estados do Brasil e foram as grandes vozes, junto com outras, claro, não dá para homenagear todo mundo, mas pela humanização e mudança desse modelo de atendimento, que acabou virando lei em 2001, com a aprovação da Lei de Atenção ao Portador de Doença Mental.

A próxima, por favor.

E aí, essa foi a publicação da série de matérias, foi uma semana de matérias e o impacto foi incrível. Pode passar por favor. A gente teve jornais reservados nas bancas, com acesso histórico, recorde histórico de acessos no nosso site. Foi muito emocionante.

Bom, pode passar, por favor. Pode passar, pode passar. Vamos lá mais uma. Pronto, mais uma, por favor.

E aí o que aconteceu depois da série de matérias? O governo mineiro reconheceu oficialmente a sua culpa pelas mortes em março. E admitiu as atrocidades do hospital. Foi proposta a construção de um Memorial de Rosas, mas toda proposição política que não é séria não saiu do papel, que era a ideia de transformar o Cemitério da Paz em um memorial, para que essas vítimas pudessem ter resgatadas, de alguma forma a sua dignidade, mesmo depois da morte e isso ainda não aconteceu.

Mais importante é que dezenas de famílias puderam conhecer o destino de parentes internados. E alguns buscam hoje reparação judicial.

Bom, e a partir disso então, eu entendi que a gente precisava escrever um livro sobre essa história. Um livro que não aproveitou nem 10% da série, porque aí, a gente foi encontrar novos personagens, porque a minha ideia e o meu sonho era imortalizar, eternizar essa história em um livro para que os brasileiros pudessem conhecer o seu país. E aí então nasceu o “Holocausto Brasileiro”.

Para terminar, eu já estou terminando, eu queria ler uma carta pequenininha, um trecho de uma carta que o médico Francisco Paes Barreto escreveu para o personagem do Guimarães Rosa, para o “Sorôco”, que internou a mãe e a filha em Barbacena. Vamos ver o que ele diz:

“Meu querido Sorôco,

Esteja onde estiver, quero que ouça o que tenho a lhe dizer. Visitei hoje” – vamos ver se eu vou conseguir ler, gente –, “o lugar onde morreu sua mãe, onde morreu sua filha, onde morreram as mães, os pais, os filhos e os irmãos de um incontável número de pessoas.

Sabe o que encontrei lá? Um centro de atenção psicossocial. Um hospital regional de clínica médica e cirúrgica, um centro social e urbano. Do que havia do antigo hospital resta apenas um edifício imponente que é a principal atração turística da cidade.

Chama-se Museu da Loucura. Está aí exatamente para não deixar esquecer, para registrar uma época. É um templo dedicado à loucura. Não a loucura de pessoas como sua mãe, sua filha, mas a nossa loucura, Sorôco, a loucura dos chamados normais”.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Sem quebrar a relação, queria que a Dra. Daniela Scromov ficasse conosco aqui, defensora pública, e sem quebrar essa relação de inércia, provocada pela Daniela, eu queria que o professor Veloso, Marco Aurélio Veloso desse um depoimento sobre o outro hospital.

**O SR. MARCO AURÉLIO VELOSO –** Deputado Adriano Diogo, membros da Mesa, nobres e jornalista Daniela Arbex.

O motivo pelo qual eu me apresento hoje, perante essa Comissão, está ligado ao convite que recebi do deputado Adriano Diogo para assistir essa audiência pública dedicada ao seu livro, Daniela.

Logo que recebi esse convite, motivado também pelo comentário de terceiras pessoas, eu adquiri um volume e iniciei sua leitura. Procurei ler imediatamente o capítulo 5º, intitulado “Os meninos de Oliveira”, pelos motivos que logo esclarecerei. Mobilizado por essa leitura, entrei em contato com o deputado Adriano Diogo aqui, que muito admiro e que me privilegia por me tratar como amigo.

Relatei-lhe rapidamente alguns fatos do meu conhecimento direto, que acrescentaram dados, que acrescentam dados ao relato de Arbex, o que o fez convidar para declarar-lhes o que faço, livre e espontânea vontade, a bem preservação da memória história do nosso país.

Quero de início elogiar o seu trabalho que, do ponto de vista do jornalismo investigativo, relata com cuidado fatos relacionados com à chaga histórica de existência do Hospital de Barbacena. Trabalho dedicado, ganancioso, exarado em linguagem cativante que, em uma escrita digna de romance, reconstrói com sutileza a piedade desse manicômio. Apesar dos fatos trágicos que relata e dos fétidos odores que uma instituição dessa natureza exala.

Com isso, consegue situar ali todo o local, e no momento do desenrolar dos fatos, como um relato de documentário cinematográfico. Meu intuito ao fazer esse depoimento, no entanto, é de acrescentar fatos. Dos quais fui testemunha direta, já que as informações ao respeito desse lado negro da história nunca estão em parte alguma. Não foram escritas e terminam perdidas, engolidas pelo vir dos tempos.

Considero então a presença, diante dessa Comissão, como oportunidade excepcional de gravar registros da minha memória, que permanecem marcados, dolorosos e incômodos há mais de 50 anos.

Passo ao meu relato. Eu vou tentar mais ou menos, ao seu estilo, fazer primeiro um relato, um contexto da época, porque se não, não se entende nada. Se ainda hoje se pode considerar Belo Horizonte como uma cidade provinciana, de costumes e mentalidade conservadores, imaginem como era há uns 50, 60 aos atrás. Ainda mais enclausurada, no fundo do vale, cercada pela Serra do Currau. O aldeiamento do Curral Del Rey, sua origem, não tinha nem alcançado os 400 mil habitantes, e ainda deixava suas marcas pela cidade.

Substituído pelo mesmo traçado, saído da prancheta de arquitetos e urbanistas, a antiga aldeola, agora abrigava uma população vinda de outras plagas, ainda, assim como a elite da antiga capital Ouro Preto. Em certo sentido, era uma cidade, cujo cotidiano mostrava traços, ainda do século XIX, com ares de modernidade, estruturas familiares tradicional, com presença de intelectuais, artistas, vida cultural bastante diferenciada.

Coronelismo de cabresto político, com anseio de progresso e desenvolvimento institucional. Esses paradoxos eram evidentes no cotidiano dos belo-horizontinos, permeavam as famílias, se expressavam nos saraus, transbordavam os espaços políticos, orientavam a invenção e criação de novas instituições.

Dou-lhes exemplos da minha família, mas mais como um modelo típico, do que como uma exceção. Pois poderia ser tomado como típico, mas não se diferenciava muito da burguesia local. Nas casas das minhas avós, em um dos melhores bairros da cidade, nos anos 1950, o fogão ainda era de lenha. O leite nos chegava em carroças puxadas a cavalo.

Apesar dos bondes elétricos, que cortavam a cidade, das ruas traçadas retas que ignoravam a topografia acidentada dos burgos, nos quais foram assentadas. A cidade se orgulhava, com razão, de uma vida intelectual e artística diferenciada e era capaz de acolher imigrantes de outro continente, oferecendo condições de construir ali em um ambiente que não lhe negava oportunidade.

Novamente, dou exemplos da minha família. Meus avós maternos, Francisco e Florentina, por exemplo, eram imigrantes espanhóis, que para cá vieram movidos pela crescente falta de perspectiva da Espanha, no início do século XX. Meu avô paterno, (ininteligível) Veloso, caixeiro viajante e viúvo, originário de Cantagalo, no Rio de Janeiro e com muitos parentes em Cataguases, aportou na cidade, provindo de Parada de Minas, onde encontrara minha avó paterna, sua segunda esposa, que além de professora primária, pasmem para aquela época, era dentista formada.

O irmão de minha avó, Merseu de Almeida Moreira, era professor de Pediatria na Faculdade de Medicina e catedrático no Conservatório Mineiro de Música, do qual foi diretor no período de sua federalização e incorporação à UFMG, dando origem à Escola de Música. Não era exceção ser médico e músico. Houve, ao menos, mais um diretor que também era médico e pianista.

O irmão de meu avô paterno, meu tio de segundo grau, cujo primogênito é a figura que irá aparecer mais adiante, Glauber Amós Veloso, chegou à cidade, provindo do Rio de Janeiro, onde chegou a fazer seus estudos, assumindo uma cadeira na Psiquiatria, na nascente Faculdade de Medicina. (Ininteligível)

O irmão de meu avô paterno, meu tio de segundo grau, cujo filho primogênito será uma figura importante mais adiante, Glauber Amós Veloso, chegou à cidade, vindo do Rio de Janeiro, onde fizera seus estudos, ganhou uma cadeira de Psiquiatria, na nascente Faculdade de Medicina. Foi nomeado para a direção do Hospital Psiquiátrico Raul Soares, de onde foi exonerado, por ter assinado o Manifesto dos Mineiros, em 1943.

Glauber Veloso se tornou nome de um hospital psiquiátrico, existente hoje em Belo Horizonte, considerado referência na área de Psiquiatria.

A cidade acelerou a saída de seu isolamento provinciano no governo de Juscelino Kubistchek, foi presidente da República de 1956 a 1961. Por exemplo, as viagens de automóvel, com duração de dois dias, de quando eu era criança, em estradas de terra esburacadas e tortuosas, para Rio de Janeiro ou São Paulo, com pernoite obrigatório em Juiz de Fora, passaram a ser feitas em algumas horas, pela construção de rodovias asfaltadas, ligadas às duas capitais e a Brasília.

Esses ápices desenvolvimentistas radiosos são sucedidos, a partir de 1961, em todo o Brasil, por um período particularmente turbulento, com a eleição e renúncia de Jânio Quadros, a conturbada posse de João Goulart, tudo nesse mesmo ano de 1961, desembocando no Golpe militar de 1964, que derrubou Goulart.

Desse cenário como pano de fundo, vou agora descrever os fatos que motivam minha presença aqui. No ano de 1959, fui eleito presidente da UEC - União dos Estudantes Católicos de Minas Gerais, cargo que exerci até 1961, após me eleger para um novo mandato.

Aconteceu assim: eu fui participar de uma, pela primeira vez, de uma assembleia dessa entidade, como representante dos alunos do Colégio Loyola, me vi diante da renúncia do então presidente, cujo nome não me lembro mais. Em função de minhas intervenções, pediram-me que eu assumisse a função de presidente interino, para superar o impasse criado, completando o mandato e encaminhando novas eleições. Foi um susto.

Encontrei na Internet, um relato autobiográfico de Maurício Cadaval, que disse ter participado da fundação da UEC em 1958, uma entidade criada pela inspiração dos donos de colégios religiosos, para manter os comunistas infiltrados na Umes, para combater os comunistas infiltrados na Umes – União Municipal dos Estudantes Secundaristas. Isso é entre aspas.

Embora eu nunca tenha assumido para mim o posto de anticomunista, essa entidade era polêmica, e até hoje, sofre referências pouco amistosas de conterrâneos daquela época. Tínhamos uma postura mais próxima da ação católica, com a particularidade da nossa pretensão de desempenharmos um papel político com a representação dos estudantes secundaristas de confissão católica. Essa era nossa principal diferença da JEC.

Na verdade, naquele período, naquele ambiente murado, cercado de montanhas, muitos de nossa geração se aproximaram das ideias de esquerda, através de movimentos da ação católica. (Ininteligível) dessa militância que assim, como muitos outros, quanto eu tomei contato com Marx, ideias comunistas. Nosso primeiro, livro texto de escambo foi o “Princípios Fundamentais de Filosofia” de George Politzer.

Só muitos anos depois, em um processo de crítica e autocrítica, que eu rompi com a Igreja, principalmente ao perceber que ela se valeu da repressão da ditadura militar para eliminar a ação católica que incomodava e questionava tanto a hierarquia eclesiástica. Substituída pelas comunidades eclesiais de base, muito mais, manejáveis e submissas. Hoje me declaro ateu e marxista, além de incorporar no meu universo conceitual-ideológico, as ideias de Freud, relidas de um ponto de vista materialista-dialético.

Voltemos a essa atividade da UEC.

Organizávamos núcleos municipais da entidade em diversas cidades do estado. No mesmo texto em que me etiqueta de reacionário, José Roberto Silva descreve uma rotina de estudante em Poços de Caldas, onde fica nítido o papel político de mobilização estudantil exercido por nossa entidade.

Nessa época, quase toda sexta-feira, saía de Belo Horizonte de ônibus, melhor dizendo uma “jardineira”, como eram aqueles ônibus daquela época, e que faziam as ligações intermunicipais, carregando rolos de filmes alugados e uma máquina de projeção 16mm, dirigindo-me a uma das cidades do interior, para fazer a projeção e dirigir cinefóruns.

Esse era um dos recursos de militância de formação política de que que nos valíamos. Participávamos também de problemas emergentes, por exemplo, quando ocorria desalojamento de favelados, para a construção de obras de diversas natureza. Nós íamos para lá, praticamente acampávamos lá, e fazíamos o que podíamos para minorar o sofrimento dessas pessoas, e apoiá-las em suas reivindicações.

Eram os tempos que antecederam a eleição de João XXIII.

Pois bem, foi nessa toada que organizamos um grupo de UEC na cidade de Oliveira, núcleo esse que se tornou muito atuante e que se comprometia com a abordagem em busca de soluções para problemas sociais na cidade. Certo dia, nossos companheiros naquela cidade vieram falar, indignados, das condições degradantes existentes no hospital neuropsiquiátrico infantil existente na cidade.

Tratava-se de um hospital psiquiátrico inaugurado em 1927, antes portanto da implantação do Manicômio Judiciário de Barbacena, em 1929. Depois que, em 1932, foi instituída a Inspetoria Geral de Assistência Hospitalar de Alienados do Estado de Minas Gerais. Uma Comissão composta pelos doutores (ininteligível), Glauber Veloso, de novo o meu tio-avô, Lopes Rodrigues, Cunha Lopes, e diretor dos hospitais existentes, estabeleceram critérios para a reorganização dos serviços psiquiátricos prestados pelo Estado.

Em decorrência disso, em 1947, o hospital psiquiátrico de Oliveira foi transformado em hospital neuropsiquiátrico infantil. Solidários com os companheiros de Oliveira, fizemos diversas visitas ao hospital. O quadro era dantesco. Odor fétido, a que se refere a Daniela em seu livro, era o primeiro impacto, mas a situação verdadeiramente desesperadora em que as crianças, ali internas, apresentavam nos deixavam absolutamente estupefatos. Não se esqueçam de que tínhamos 16, 17 anos.

Os casos etiológicos eram os mais variados. Crianças totalmente paralisadas, deitadas em berços imundos, outras, inteiramente nuas, vagando pelos corredores e pátios, expondo ossos pontiagudos por baixo da pele, em razão da subnutrição aguda. Algumas simplesmente surdas-mudas. Muitas impregnadas de medicação e as que podiam se mover, como algumas crianças institucionalizadas, se aproximavam de nós e literalmente agarravam, como se não nos pudessem perder.

O futuro dessas crianças era nenhum. Se sobrevivessem até a puberdade, seriam transferidas para o hospital de Barbacena. Mas a taxa de mortalidade era altíssima. Não tenho o número para lhes dar. Naquele tempo, estatísticas e formalidades legais não eram levados a sério. Mas a prova dessa alta mortalidade era concretizada por um pequeno cemitério anexo a este hospital.

E agora vem o nosso maior estupor. As crianças que faleciam no hospital eram enterradas em covas rasas nesse hospital. Ocorre que os muros desse cemitério estavam seriamente danificados, desmoronando em algumas partes. Acontecia então que cães vadios invadiam aquela área, escavava sepulturas, frequentemente eram vistos na rua abocanhando os cadáveres que ali haviam sido enterrados.

Nossa indignação juvenil, nossa estupefação, nossa impotência diante daquele quadro nos levou a uma solução paradoxal. Os companheiros de Oliveira fizeram um mutirão e reconstruíram os muros do cemitério. Era como se, diante de tanta indignidade, quiséssemos estabelecer um limite, que ao menos na morte, aqueles seres humanos tivessem a dignidade respeitada.

Nessa época, bem como no ano de 1960, fui procurado por um jornalista de “O Binômio”, ao qual dei uma entrevista a respeito. “O Binômio” foi um jornal bimestral publicado em Belo Horizonte de 1952 a 1964. Polêmico, deixou sua marca na alma mineira e de certa forma, antecipou a assim chamada imprensa alternativa, que foi um dos instrumentos mais criativos de resistência à ditadura. A entrevista, se bem me lembro, foi publicada em 12 edições consecutivas.

Creio que, na verdade, foi uma reportagem, citações da minha fala. Não tenho mais nenhum exemplar delas e gostaria muito se pudesse recuperá-las. É provável que seus editores, José Maria Rabelo e Euro Arantes disponham da coleção completa.

Nessa época, meu tio de segundo grau, Fernando Hélio Veloso, primo de meu pai e filho de Glauber Amós Veloso, psiquiatra de renome, que foi, dentre outras inúmeras funções, foi presidente da Associação Médica Brasileira, era secretário de Saúde no estado de Minas Gerais. Deparando-se com matérias publicadas e a citação de meu nome, telefonou para o meu pai, (Ininteligível), indignado com a minha atitude de dar declaração ao jornal, criticando a situação do hospital.

Diga-se de passagem, que meu pai, nesse momento, iniciava sua campanha eleitoral para prefeito de Belo Horizonte, não podia um membro da família cometer tal acinte conta um parente no Poder, para vocês verem como é que é, Minas é complicado.

Podem imaginar o conflito familiar que eclodiu nesse momento. Talvez o primeiro, ou ao menos o primeiro mais grave dos muitos que tivemos, meu pai e eu, por questões ideológicas. Embora a nossa solidariedade de sangue nunca tenha refecido, do ponto de vista das ideias de concepção de mundo, nossa distância era total.

Meu pai, apesar de sua sensibilidade para os problemas sociais, sua generosidade e criatividade na busca de seus sonhos, por questão de formação intelectual, em grande parte, como fruto do meio cultural da cidade, não conseguiu superar uma visão conservadora de base. Esse fato está na raiz da minha vinda para São Paulo, em 1975, para reconstruir minha vida, na condição de um anônimo, nessa metrópole que me acolheu e a quem sou profundamente grato.

No ano de 1961, conclui meu curso científico, prestei vestibular, em abril de 1962, fui para a Itália, no gozo de uma bolsa de estudos que conquistei, em função das minhas atividades na UEC. Estudei na Itália e na França, retornando ao Brasil em 1965, convicto de que deveria estar aqui para participar da luta para a restauração da democracia. Mas essa é outra história.

Há pouco mais de um ano, retornando de automóvel de Belo Horizonte, a São Paulo, entrei em Oliveira. Juntando aqui e ali, consegui falar com algumas pessoas de mais idade, que me indicaram a antiga localização desse hospital. Em Oliveira, as novas gerações não sabem que ele existiu. As antigas edificações, que (ininteligível), funciona hoje uma escola estadual. Era um dia de fim de semana, por isso não consegui visitar aquele espaço. Tirei algumas fotografias do lado de fora.

Não vi traços do antigo cemitério. O que terá acontecido com ele? O que terá sido feito com as ossadas daquelas crianças? Terá registros legais dos falecimentos que ali ocorreram? Será que nossos esforços para o respeito da dignidade dos seus restos mortais foram inúteis? São perguntas que me ocorrem, quanto as quais nunca tive oportunidade de buscar resposta. Talvez essa Comissão consiga lançar um pouco de luz sobre isso.

Obrigado pela paciência de me ouvir. Agradeço ao deputado Adriano Diogo pela oportunidade de comparecer e espero ter contribuído de alguma forma para o resgate de uma parte da verdade que o nosso país tanto necessita.

É o que eu tinha para declarar. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Fica aí, Veloso. Vamos reestabelecer uma, não sei, se eu queria, as pessoas da Mesa inicialmente gostariam de fazer algumas perguntas? Fala aí, padre Júlio.

**O SR. JÚLIO LANCELLOTTI –** Eu só queria passar uns dados, aproveitando essa questão do lançamento do “Holocausto Brasileiro” e a questão dos indesejáveis sociais, um dos dados, Daniela e Adriano, que nós temos procurado muito é dos indesejáveis, aqui de São Paulo, chamados de indigentes.

E eu não conseguia no serviço funerário de São Paulo e nem na Secretaria de Segurança Pública o número dos indigentes aqui de São Paulo. Eu comentei antes com você e com o Adriano, e falei com o Dr. Valério também, dizendo que nós temos que retomar isso.

Em 2004 quando da chacina, que vai fazer 9 anos dos moradores de rua, eu fui pessoalmente ao sepultamento dos cinco dos que estão sepultados em Perus. E o pessoal do cemitério disse, “Você gosta tanto de vir no sepultamento dos mendigos, por que você não espera o caminhão baú, que chega com os indigentes”. E eu disse, “Vou lá”. Disseram, “Vai lá benzer os indigentes”. E eu disse, “Eu vou”. E quando cheguei perto do caminhão baú, estava muito perto, eles ficaram com dó, que eu fiquei muito perto e disseram, “Tem que ficar mais longe porque quando abrir as portas você cai”.

E realmente é uma cena terrível. Um caminhão baú lotado de corpos, todos despidos, em uma meia canoa, sem ser caixão fechado, e todos são despejados em uma vala comum.

E eu consegui agora, depois de muita insistência alguns dados. Em 2008 no Cemitério de Dom Bosco, onde foi encontrada a vala dos desaparecidos políticos que na verdade são dos indesejáveis, porque de todos os que se levantou os dados lá, muitos são pessoas em situação de rua, loucos, pessoas que ninguém queria saber. Só em Dom Bosco em 2008 foram sepultados 682 corpos. Na Vila Formosa I, 79, na Vila Formosa II, 71.

O total de 2008 que eles têm como dado são 836 indigentes em São Paulo. Em 2009, 825, sendo que 631 no Cemitério de Dom Bosco, em 2010, 696 no Dom Bosco dando total, com a Vila Formosa I e II, 863. Em 2012, 640 no Dom Bosco, dando um total de 815, com os dois da Vila Formosa, 2012 são 845 sendo que 673 só do Dom Bosco. Em 2013, dados que são parciais, porque no Dom Bosco, até o dia 14 de junho e na Vila Formosa até 30 de abril, já são 360, sendo que 307 no Cemitério Dom Bosco.

Claro que nem todo considerado indigente é pessoa em situação de rua, e nem toda pessoa em situação de rua é indigente. Mas eu tenho insistido muito que em alguns hospitais da cidade de São Paulo, esse holocausto brasileiro continua, sendo que quando pessoas em situações de rua chegam para atendimento de emergência, todos têm uma plaquinha, todos se chamam João. E as mulheres, todas se chamam Maria. Mesmo que a gente diga, “Não, mas eu tenho o documento de identificação dessa pessoa, é João”. E o que é feito desses corpos? E esses indigentes, o que são feitos dos seus órgãos?

Nós sabemos que há uma comercialização de hipófises. O que é feito desses corpos, que são depois sepultados, costurados, retalhados? Eu vi lá no sepultamento e todos eles são costurados. Então, é uma coisa muito grave que continua, que o seu documento histórico mostra que nós temos que tomar cuidado agora, porque se isso já foi feito, continua sendo feito.

Nós pedimos, e acho que a Comissão da Verdade e a Assembleia Legislativa têm que, nós temos que chegar a um acordo. Por que o IML é da Secretaria de Segurança Pública? Por que o Instituto Médico Legal continua sendo da Segurança Pública? Só nesse inverno, morreram na cidade de São Paulo, 9 pessoas com indício de hipotermia. E o engraçado é que a segurança diz que são 9 corpos achados sem marcas de violência. Você quer violência maior do que morrer de frio nas ruas?

Eles não são corpos com marcas de agressão, mas são com marcas da violência, do abandono, da omissão e do completo descaso. Uma das coisas que nós não conseguimos saber é em quantos desses números que dá, desde 2008 até agora, 4 mil e 500, então com certeza já chegamos aos 5 mil indigentes, sendo que do Dom Bosco desde que foi aberto no governo Maluf, com objetivos escusos dos desaparecidos políticos, se sabe que mais de 100 mil indigentes foram sepultados no Cemitério Dom Bosco.

Quantos desses são pessoas de rua? Porque se eu morrer como indigente na rua e não tiver documentos, serei considerado indigente. Mas eles vão olhar na minha cara e vão ver que eu não sou da rua. Então, é possível saber quantas dessas pessoas são de rua, com transtorno mental, que são problemas crônicos de saúde, que são vítimas do abandono e da loucura. Então, eu acredito que esses dados são dados que podem levar um momento de lucidez na história, de negarmos a essas pessoas o direito a serem pessoas dignas.

Muitos me censuram dizendo que eu estou preocupado com os mortos. Acredito, o seu livro mostra, não é a preocupação com os mortos, é a preocupação com a vida, que nem quando finda tem respeito e dignidade.

Queria novamente dizer, Adriano, que alguma coisa tem que ser feita com esse projeto de lei, que embora esteja na Câmara, e não na Assembleia Legislativa, do DNA dos moradores de rua, a vereadora Juliana daqui deve saber que tramita na Câmara Municipal um projeto de lei do vereador Mario Covas Neto para criar um banco de dados de DNA dos moradores de rua.

Na verdade, nós precisaríamos ter políticas públicas para que essas pessoas não vivam nessa situação de abandono.

E acho mesmo que nós deveríamos a nível estadual voltar a ver essa situação dos chamados indigentes, daqueles que são os mesmos candidatos à internação compulsória, que são os que passam nos presídios, das internações, aqueles que são considerados loucos e que na verdade estão revelando, e como diz o livro da Daniela, a nossa loucura. A nossa loucura de ser conivente, de ser omisso e ser convivente com uma situação tão degradante. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Daniela, eu queria fazer uma primeira pergunta, e vocês poderiam me ajudar a organizar as perguntas.

Daniela, como você chegou a esse número dos 60 mil corpos manipulados, e como tem o dado dos 1853 corpos comercializados, nesse período de 1960 em diante? Queria que você falasse e aí a gente vai abrindo para as pessoas irem falando.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Os 60 mil corpos é uma estimativa admitida pelo próprio governo do estado, porque o hospital Colônia, ele nasceu em 1903 e ele funcionou precariamente e manteve as pessoas em indigência social até 1980. E a média é de cinco mortes diárias. Só que nós períodos de maior lotação, chegava a 16 mortes diárias. Então, isso pode ultrapassar esse número.

E os 1853 corpos foi um levantamento feito, a nosso pedido, com a ajuda da coordenadora do Museu da Loucura, porque o Museu da Loucura tem alguns arquivos, e ela conseguiu, acredito que essa venda tenha existido anterior a esse período, mas conseguiu nos ajudar a identificar os registro, porque tinha um livro de registros de vendas de corpos e tinha, ao lado da venda, o valor do corpo, o valor daquele lote, quantas peças, porque eram assim que eram chamadas, foram comercializadas, e em qual período, para qual faculdade de medicina e mais que isso, os nomes dos cadáveres também estão lá.

É isso, então é mais do que oficial, a gente tem todos esses documentos em mãos.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Dra. Daniela Scromov, defensora pública.

**A SRA. DANIELA SCROMOV –** Eu queria entregar para a minha xará um estudo a respeito da mortalidade dos manicômios na região de Sorocaba. Esse é um resumo do professor Marcos Garcia, está aqui. O que eu acho de enorme valia esse livro é que ele pode simplesmente alertar para uma situação que ainda acontece muito próximo de nós.

Sorocaba tem cerca de 3 mil pessoas da região de Sorocaba em situações muito semelhantes a essas expostas e provadas pela Daniela. E a gente também não pode esquecer da quantidade de pessoas internadas. Porque hoje manicômio pega mal falar, hospital psiquiátrico também não pega muito bem. Então, a gente vive um tempo de suavização dos nomes. Então, agora é clínica ou comunidade terapêutica, que tem um nome que parece meio hippie, e ninguém vai se opor, afinal é tratamento.

Então, hoje eu acho muito importante a gente entender que o presente repete o passado. Eu espero que o futuro não repita o passado, mas o presente repete. Achei muito interessante o enfoque da fala dos pacientes. Em geral quem inspeciona essas clínicas e esses locais não dá voz a essas pessoas, ou porque é impedido, hoje é muito comum às pessoas serem processadas, absolutamente, por donos de clínicas, quem tenta fazer alguma coisa.

Eu já fui em clínicas, em que eu cheguei a gravar vídeos. Eu fui impedida de entrar com o celular, mas mesmo assim, insisti, gravei vídeos com os pacientes e esses pacientes foram repreendidos pelo dono da clínica, foram castigados, colocados em isolamento e não há o que fazer para fechar esses locais. Não há uma coisa muito clara na legislação. As autoridades não enxergam isso como maus tratos, porque afinal essa é aquela pessoa descartável, ou “noia”, porque hoje a nova normalidade é o “noia”.

Antes era a loucura, e hoje, não que a gente tenha passado esse debate, mas hoje a grande questão da droga é supressão de direitos pelo simples fato de alguém falar que aquela pessoa usa droga. Então, para virar uma página é preciso ler a página. Sem ler a gente não vira a página. E a gente não leu essa página da maneira profunda, adequada, e é muito difícil lidar com essa matéria.

Achei muito interessante a sua emotividade. E isso também acontece com os pacientes. Os pacientes que eu tento defender, às vezes é difícil o contato, eles vêm uma vez e depois, dói falar desse assunto. Para quem foi interno, para quem lida com isso, para quem sofre o processo, é uma dor generalizada e eu acho que a gente tem que criar uma grande corrente, se uma pessoa não tem voz, alguém erga e consiga falar por essa pessoa.

E quando alguém quebra, o outro entra na roda e leva a coisa a diante. E esse é o convite que eu faço aqui, para todos nós hoje, para que a gente consiga fazer um grande coletivo em prol dessa temática que é atual, acontece aqui e agora em muitos municípios do estado de São Paulo e do país como um todo.

Parabéns Daniela. (Palmas.)

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Eu queria acrescentar uma coisa. É interessante que as pessoas ficam absolutamente chocadas, quando a gente fala que 60 mil brasileiros perderam a vida no hospital, mas se nós fizermos um censo, ou se nós fizermos um levantamento do número de mortos nos hospitais psiquiátricos, ao longo da história do Brasil, nós vamos chegar a um número impressionante, com certeza. Isso nunca foi feito.

Então, eu fui criticada por poucas pessoas, mas cheguei a receber essa crítica de colocar o nome Holocausto, dizendo que não se poderia usar a palavra Holocausto para falar dessa tragédia, já que ela remetia ao nazismo e tal. E aí a minha resposta foi a seguinte: “Mas quem sofreu mais, dá para quantificar? Será que as pessoas que ficaram no campo de concentração nazista sofreram menos do que as que ficaram institucionalizadas por 50 anos?”. Esse nome é absolutamente, é sim, correto, adequado.

Então, eu acho que a gente precisava contabilizar essas mortes para a gente ver o tamanho da tragédia.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Daniela, como que é, a gente que trabalha com a Comissão da Verdade, a gente faz perguntas mais difíceis, eu sei que tem algumas pessoas na Mesa preparadas para perguntar, mas deixa eu perguntar no nosso estilo Comissão da Verdade. (Ininteligível)

O sujeito estava lá, internado, aí a Faculdade de Medicina estava precisando de um cadáver ou estava precisando de um órgão. Como esse sujeito ia para a morte? Depois, como era a cadeia de comando? Quem foram os médicos envolvidos, as autoridades sanitárias, como é que o pessoal do governo... Como é esse negócio do documento do capim. Por favor, como é que desmontava? Como é que matava o sujeito? Era intencional, era acidental? Tem documento sobre isso? Fala um pouquinho sobre.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Olha, é muito interessante, o padre Júlio falou exatamente sobre isso. Que a população de rua foi encontrada sem sinais de violência, mas a violência é manter essas pessoas lá. Isso aconteceu lá na Colônia.

Eu percebi, e isso é só uma visão minha e quem sou eu para fechar a questão nisso, que não havia essa intencionalidade, mas o descaso matava. Quando você deixava pessoas dormirem no chão sobre o capim, nuas, serem subalimentadas, com uma alimentação pobríssima de nutrientes, passarem frio, fome, serem cobaias de eletrochoque, você estava causando a morte dessas pessoas.

Agora, eu acho que houve uma intenção de esconder essas mortes. A gente só não viu as mortes, porque a gente não quis ver. Porque a gente ainda é uma sociedade que tem uma cultura que acha que existem vidas que valem menos, e que essas vidas não são importantes, afinal, nem gente eles eram.

E eu acho isso, assim, é uma omissão coletiva. Vários médicos passaram por lá, vários atestados de óbito foram assinados, mas eu acho que nenhum manipulado. As pessoas morriam, dentro da Colônia, gente, de diarreia. E eram tantos casos de diarreia que eles criaram o termo pomposo para se referir à diarreia, porque eles achavam que a diarreia era doença de louco, já que os pacientes morriam de diarreia. Morriam de diarreia por causa da sujeira, por causa das condições degradantes. Aí eles criaram “enterite do alienado”, olha que chique, para falar das mortes por diarreia.

Então, assim, eu acho que esses arquivos são importantíssimos, eu não tive acesso a todos os arquivos que eu quis abrir, não tive. Eles existem, existem prontuários médicos que contam a história de todos os personagens do Colônia e eu tive acesso ao prontuário da mãe da Débora.

Foi o único prontuário que eu tive acesso, que conta inclusive que a mãe da Débora, aquela menina que só ficou sabendo que ela era filha da Colônia, aos 25 anos de idade, que conta que essa mãe, tida como louca e tratada esse tempo todo dessa forma, ela, todos os aniversários dessa filha ela lembrava da filha e dizia “Hoje a minha filha morena faz um ano”, “Hoje minha filha morena faz cinco, faz 18”, ela se lembrou da filha em todos os aniversários da filha, até ela morrer. E no último ano de vida dela ela disse, “Eu me sinto presa, angustiada, sozinha, como eu me sentia na cela”. De tanta angústia de não ter notícias dessa filha.

Então, assim, muitas pessoas participaram disso. Eu acho que não foram só os médicos, que não foram só, nós tivemos de 1903 a 1980, 28 governantes que chamavam inicialmente de presidentes do estado, interventores, governadores, que sabiam o que se passava na Colônia, tanto sabiam que criaram uma política pública de leito-chão. O documento de leito-chão, que está no Museu da Loucura é de 1959, foi assinado por José Concenso Filho, que era um funcionário do estado.

Então quer dizer, não dá para dizer que não sabiam, mas também não dá para dizer que as famílias que abandonaram seus parentes lá e não querem saber não tem responsabilidade. Eu acho que responsabilidade, ela é coletiva. Então, eu acho que é uma coisa para a gente se pensar a partir de agora, o que fazer. Como abrir esses arquivos porque eu acho que nós vamos encontrar mais coisas. O depoimento que o senhor trouxe foi impressionante.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Então faz um vínculo com o Veloso, porque eu não consegui entender como é que tinha esse tipo de...

**A SRA. DANIELA ARBEX –** É o seguinte, o Silvio, aqueles meninos que vocês viram que estava com o corpo coberto de moscas, é um oriundo do Hospital Oliveiras. Assim como ele, 30 crianças do Hospital em que os corpos eram jogados em valas comuns e que os cachorros comiam os restos dos mortais, esse hospital mandou crianças, que sobreviveram que conseguiram resistir a isso para o Colônia e a esperança das crianças que foram para o Colônia era que lá iam encontrar um tratamento melhor.

Aí eles descobriram que lá iam encontrar um tratamento diferente, mas o tratamento era igual. Para vocês terem uma ideia, as crianças que tinham paralisia cerebral, que eram mandadas para lá, não eram retiradas do berço nem para tomar sol. Quando tinha sol, eles tiravam o berço da ala, punham lá no sol e depois eles voltavam com o berço no lugar. Então, é isso.

O depoimento dele é muito importante porque Oliveira, uma das personagens da Colônia que está viva, a...vou lembrar o nome dela, ela foi estuprada lá Mandada, ela tinha que sair daquele local lá. Ela foi cumprir uma ordem e ela foi violentada aos 9 anos. Então, essa pessoa está viva, e conta esse relato, a Elzinha, esse relato é muito impressionante. E eu fiz uma foto da Elzinha, o tempo todo ela segura uma boneca e é a boneca, que ela nunca teve na infância. Porque na infância ela se lembra de tudo, menos de ter sido criança.

Todas as referências de vida dela, de vida, já são dentro de um hospital psiquiátrico, que foi o Oliveira, que foi esse inferno e depois continuou dentro da Colônia. Por isso que eu acho o depoimento dele impressionante. Porque é uma confirmação, a gente conta um pouco da história dessas crianças que partiram do Oliveira, em busca de ser tratadas como gente, e que encontraram a indigência social no Colônia.

**A SRA. MARIA ORLENE DARÉ –** Boa tarde. Eu sou do Conselho Regional de Psicologia, queria parabenizar muitíssimo a Daniela, que trouxe uma realidade.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Fala o seu nome.

**A SRA. MARIA ORLENE DARÉ –** Maria Orlene Daré. E dizer assim, que infelizmente essa realidade não é muito diferente atualmente.

O sistema conselho de psicologia, ele faz anualmente ou bianualmente uma inspeção nacional. Em 2004 ele fez uma inspeção nacional exatamente...

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Está aqui a inspeção. A de 2004.

**A SRA. MARIA ORLENE DARÉ –** Ah, está aí. É que eu comprei agora. Está aqui, está aí? E está a de São Paulo?

**A SRA. DANIELA ARBEX –** A feita em 2004, que passou por 16 Estados brasileiros.

**A SRA. MARIA ORLENE DARÉ –** Correto.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** E encontrou a mesma realidade, celas, algemas, em todos os hospitais do país.

**A SRA. MARIA ORLENE DARÉ –** Então, é exatamente isso. Para a realidade, nessa inspeção de São Paulo, que foi no Hospital Psiquiátrico Charcot, na verdade não tem muita diferença do que você constatou e relatou até então. Então, nesse hospital em 2004 e eu tenho uma realidade de agora, de janeiro de 2013, que também não é diferente disso que diz que nesse hospital também existia um descaso tão grande, os aspectos degradantes dos pacientes eram emagrecidos, em razão de péssima alimentação.

Havia mantimentos muito restrito nas dispensas, e eles estavam maltrapilhos, com roupas rasgadas, sem agasalhos, e um frio de 12 graus. Descalços, com os pés rachados, desdentados e impregnados de medicamentos. Então, as acomodações eram absolutamente inadequadas, quartos gelados, camas que eram catres, colchões que eram estragados e banheiro sem a menor condição de higiene.

Então, assim, o que eu diria é que, isso aqui em 2004, agora em janeiro de 2013, em uma região perto de Bauru, em um hospital muito próximo de Bauru, que era na verdade um hospital para leprosos, então assim, o pacto da sociedade. Eu vejo muitos atores e o pacto da sociedade para realmente convidar pessoas e bem longe.

Então, foram os leprosos, os tuberculosos, foram os de sofrimento mental e agora porque não os dependentes. Então, cada época tem, exatamente se atualiza o confinamento e a limpeza. Então, nesse hospital que era para leprosos agora em 2013, em janeiro que nós encontramos lá. Então, todos eles apresentavam uma forma de confinamento aos pacientes, onde todos os acessos aos espaços da instituição eram controlados por funcionários, por meio de uma maçaneta, que permitia abrir e fechar as portas, incluindo os espaços que permanecem as pessoas com transtornos leves.

Então, não adianta ele explicar que eram pessoas com sofrimento mental grave, porque nos de sofrimento mental muito leve, também era a mesma. Eram celas. Encontramos um jovem com 18 anos, estava lá há um ano, sem qualquer diagnóstico e preso a uma cela, porque ele era agressivo.

Então assim, continua, continua exatamente igual, e por que é que nós aqui... Têm várias pessoas do Conselho, por que a nossa luta é uma luta antimanicomial e é uma luta de resistência? Porque não tem como parar. Então ela continua.

Então, quando você fala em holocausto, existe um holocausto repaginado nos dias atuais. E sabe como ele está repaginado? Agora, além dos hospitais psiquiátricos, que a reforma psiquiátrica ainda, e a gente tenha que continuar lidando que não conseguiu fechar, nós temos uma cena contemporânea, que são as comunidades terapêuticas, que não diferem em absolutamente nada em termos de violação de direitos.

Então, assim, temos o holocausto que é a internação compulsória, temos a Lei 7663, que veio fortalecer as políticas de internação, portanto, nós temos instalado o nosso holocausto contemporâneo.

Então assim, nessa inspeção que foi em 2011, nas comunidades terapêuticas, a gente distribuiu para a Defensoria, tentou distribuir o maior número possível desse relatório da 4ª inspeção então assim, eu posso falar de São Paulo, mas não é diferente todos os relatos das 68 unidades de comunidades terapêuticas, não é diferente. Então, eu falo de Bragança Paulista, onde nós fizemos a fiscalização, e foi a Defensoria Pública, representantes, Conselho Regional de Psicologia, várias entidades, Condepe, na época o Aristeu fazia parte do Condepe e as entidades de direitos humanos, e nós fomos nessas comunidades.

Na verdade o que nós encontramos lá, e isso pelo relato dos internos, então, eram pessoas que estavam lá e relataram que existia espancamentos noturnos, essa clínica tinha um nome e existia também um cassetete com um nome, o nome do cassetete era “Gratidão” e era esse cassetete que era usado para espancamentos noturnos. Existiam quatro cães, esse da pior raça aí, pitbull, quatro cães, e esses cães eram usados para os que tentavam fugir.

Existiam pessoas picadas de escorpião, existia a pessoa só com chinelinho de dedo e somente com bermudão e não podia mudar roupa, por quê? Porque na versão oficial, se eles mudassem roupas, facilitava fuga, então eles não podiam usar qualquer outra coisa que não fosse chinelo, independente de frio ou calor.

O espaço de isolamento, um horror, e eles raspavam a cabeça também, que não é diferente dos aspectos, a prática do culto religioso obrigatória, e rasga qualquer outro livro que não fosse da doutrina lá empregada. E por último, esses buracos eu vi, foi fotografado, esses internos eram obrigados a cavar buracos, portanto, cavar a própria cova, sempre que eles tinham qualquer ato indisciplinar.

Então assim, o que eu diria e que assim, para nós do sistema Conselho, a gente tem uma questão que é inegociável. Nós não negociamos. Internação nós não negociamos. Por quê? Porque a internação, quem entra na internação normalmente não sai vivo. Nos hospitais psiquiátricos, vide Sorocaba e vide esse hospital, que eu fui, onde o atestado de óbito, todos eles tinham o mesmo motivo, problema pulmonar. Agravos pulmonares, eram todos os atestados de óbitos iguais.

Quando na verdade a gente sabe que o que causou morte lá foi abandono absoluto, absoluta negligência. Então, por que nós não negociamos absoluta internação, porque nós temos uma lei e essa lei nós obedecemos, 10216, que significa internação apenas em alguns, como último recurso, e esse último recurso em períodos e prazos absolutamente curtos para a pessoa sair da crise seja ela de abstinência, ou seja, ela de sofrimento mental crítico.

Então assim, nós permanecemos em luta por uma sociedade sem manicômios. E nós permanecemos também assim, no nosso princípio ético porque para nós, direitos humanos também são inegociáveis. Então, para o Conselho, sistema Conselho, temos como princípio direitos humanos e a ética na profissão, e a nossa prática não vai jamais compactuar com encarceramentos e mortes. (Palmas.)

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Eu queria só comentar que a minha apresentação eu parei para não ficar muito extensa, mas tem exatamente imagem de 2013 de hospital psiquiátrico que a gente denunciou. Aliás, eu já tinha denunciado esse hospital, em 2004, essa inspeção passou na minha cidade, em função da série “Transtorno Mental Em Busca de Tratamento Digno”, que a gente tem foto, mas não vou mostrar porque é muita coisa, que a gente ficou de campana nos fundos de um hospital psiquiátrico, em um morro, eu e o fotógrafo para conseguir flagrar as imagens de abandono e maus tratos.

E aí em 2013 esse hospital foi novamente denunciado por nós e todos os pacientes, mini Colônia, pelados, mantidos em condições sub-humanas e esse hospital foi fechado. Eu acho que a luta hoje precisa ser pela busca de modelos capaz de substituir a busca de modelo hospitalar, que seja resolutivo, eficiente, que possa dar respostas às famílias e tratar essas pessoas com dignidade.

Até o que se fala não é em fechamento de hospital. É em redução dos leitos de baixa qualidade. E a gente pode ter leitos em hospital geral que atenda esses pacientes em crise, porque eles têm que ficar encarcerados e segregados? Essa cultura precisa ser mudada.

Mas para isso a gente tem que ter aqui fora uma rede capaz de dar respostas e atender esses pacientes e fazer com que essa rede funcione. E nosso Juiz aqui, uma das lutas dele é justamente essa, não é?

**O SR. PAULO FADIGAS –** É. Paulo Fadigas. Sou juiz da Infância e Juventude, da Coordenadoria e Presidência do Dr. Malheiros, e eu realmente já havia falado com a jornalista a respeito da necessidade de implantar a realidade, e não só uma mera instrução, norma, patati patata, aquela embromação, e chega lá naquele Caps da periferia, não tem psiquiatra, não tem enfermeira, não tem coisa alguma. Porque no papel está tudo lindo e na prática quem vai pôr a mão na pessoa não tem, não existe. Fica um atendimento muito formal.

Eu vou relatar só um minutinho. Eu sou juiz na Penha há uns 14 anos. Alguém sabe o que é FF? Alguém já ouviu falar em FF? É fichado e fotografado. Quando se encontra um corpo, é fichado, e a ficha leva uma fotografia, FF número tal. Aí quando a família descobre, ela tem que entrar com processo de retificação de registro, para dizer quem era aquele corpo.

E eu falava, “Poxa, porque tem tanto processo na Penha?”. Sabe por quê? Porque ali tem um braço, o Tietê tem uma represinha e os corpos ficam boiando lá. E é onde encontram os corpos. Porque toda essa população que eu reconheci do padre Júlio, toda essa população de rua, mas não indigente é jogada por ali, onde ela desova, é ali no Parque do Tietê.

E quando a gente vai fazendo esse processo, eu cheguei a ver dentista, cheguei a ver artista, pessoas com transtornos mentais, mas ocorre esse descarte, esse descarte como se a pessoa fosse coisa.

E também sempre me inculcou muito a questão de onde as escolas de medicina achavam tantos corpos. E lendo o seu livro, eu já li, eu já li o seu livro, me veio aquela... É mesmo. É dali. Mas eu tenho uma dúvida, vou lhe perguntar, não sei se chegou a ver tantos arquivos médicos, não sentiu que a ideologia, a mesma ideologia alemã, italiana do fascismo, alimentava a ideologia oficial, médico-oficial que fez essa instituição? Não fez um paralelo?

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Eu acho que existe um paralelo sim, eu acho que aquelas pessoas por não serem vistas como gente, nem pelos médicos, o destino delas não importava. Então é assim, é absolutamente chocante quando você pensa que um médico que passou por lá conviveu com os abusos, permitiu que os abusos continuassem e não fez absolutamente nada. O número de pessoas que passaram por lá de médicos, e quantos ousaram denunciar, a gente conta na mão.

Então, quer dizer, é absolutamente chocante que a classe médica tenha compactuado com isso. Tão chocante, que na série de matérias de 2011, que a sociedade inteira se levantou, foi muito impressionante a reação, o impacto. Eu recebi centenas de e-mail, eu recebi um e-mail de um único psiquiatra. Eles continuaram silenciosos. Olha, até hoje.

Então, o único psiquiatra, Dr. Uriel Heckert, que é muito sério, que trabalha com a população de rua, ele foi a única voz a dizer, e ele escreveu assim, e eu terminei a última matéria com o e-mail dele, citando ele. Ele termina assim: “Que Deus nos livre de nós mesmos”.

Então, é algo impressionante. (Palmas.)

**A SRA. DANIELA SCROMOV –** Eu acho interessante essa discussão do mal que o doutor sugeriu, até a Marlene estava aqui, nas reflexões, dizendo “a banalidade do mal”, que eu acho que é um grande conceito.

A gente sempre, como temos a herança católica em Minas, mesmo quem não é católico tem muita herança, acho que no país inteiro, a gente imagina o mal de chifre, o diabo, o mal, a pessoa que é deturpada e quer...

O mal mais corriqueiro é esse da indiferença, é esse da pessoa que aperta o botão e não interessa, afinal ela ganha o salário dela e o que que ela tem a ver com o que acontece depois que foi apertado o botão. Acho que esse é o grande tema da atualidade. Nesse sentido, todos, na indiferença, podemos fazer parte da engrenagem do mal.

Esse acho que é o grande conceito. E aí, queria lhe fazer uma pergunta. Como faz muito tempo, talvez você não tenha conseguido, mas me interessa muito. O que leva essa família a entregar para um cuidado, entre todas as aspas, para uma instituição dessas? Que hoje as famílias procuram a Defensoria para internar, uma campanha de internação, mas você conseguiu entrevistar algum parente que foi o responsável pela internação?

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Não parentes que internaram, não, não. Não, porque os personagens do livro são muito idosos, mas eu consegui encontrar os motivos. E os motivos eram vários, um deles, uma personagem do hospital, a Conceição Machado, uma mulher forte, uma mulher que não sofria já nenhum tipo de distúrbio, foi encaminhada para o hospital, porque ela era de Dores de Indanhá, e ela questionou o pai fazendeiro, porque ela não ganhava como os irmãos que trabalhavam na fazenda.

E esse questionamento fez com que ela recebesse uma sentença e a punição foi a internação e passar a vida, ela morreu no hospital durante, ficou lá 30 anos, dentro do Colônia. E essa mulher foi uma das pacientes que ousou criticar a ordem das coisas lá dentro. Então, ela é uma mulher fantástica, que teve a passagem por lá foi incrível.

Então, esses eram os motivos. O motivo era discordar. O motivo era ser uma pessoa que não era, que destoava dos conceitos de normalidade. Exatamente. Eram segregados. Era quem incomodava.

Então, se você fosse pobre, você tinha um motivo para ir para lá, porque você era pobre. Se você perdesse seus documentos, e fosse encontrado na rua sem seus documentos, também. E mais do que isso, gente. Com esse livro, eu estou descobrindo que pessoas, que quando eram crianças, ouviam dos pais, meninos, “Se você não obedecer, eu vou lhe internar lá em Barbacena”.

Então, o que acontece? Na verdade, aquele hospital lá era uma punição. Era uma ameaça, sabe? E eu, tem o Dr. Ronaldo Simões, aquele médico, que está com 80 anos, eu pedi para ele autografar meu livro, e falei com ele. E ele escreveu assim para mim: que o meu livro o redimia, era como se ele encontrasse perdão para as faltas dele.

Mas eu disse: “Mas que faltas? Você foi uma das vozes que denunciou e que perdeu o emprego por isso”. Mas ele acha que fez pouco, entendeu? É muito interessante, e aí tem um capítulo do livro que eu falo, que lá no hospital os funcionários e ex-funcionários, ninguém apertou o gatilho, mas todos carregam a morte nas costas. É exatamente essa a indiferença. A indiferença também mata, gente. (Palmas.)

**O SR. MALHEIROS** – Oi, Daniela. Eu sou o Malheiros. Eu queria agradecer a você pela sua paixão, a sua devoção e pela sua emoção. Tudo isso que você está colocando nessa obra que é uma obra importantíssima para o resgate da verdade. Da verdade do que aconteceu no passado e do que acontece hoje.

Ainda nesse caminho eu vou dar um testemunho. Eu sou supervisor lá no Cratodi, dos plantões judiciais. E muitas e muitas vezes, nós vemos mães e pais absolutamente indignados, nas internações não compulsórias, mas nas involuntárias, que eles mesmos pediram pelo fato da internação ter sido indicada por 15 dias. “Isso é um absurdo. Dr. juiz, o senhor precisa tomar providências, esse psiquiatra não merece ser psiquiatra”. “Mas porque, minha senhora? O psiquiatra é quem entende”.

“Não, não, não. Esse menino...”. E isso não é uma fala. Isso a gente reproduz todos os dias várias vezes. “Esse menino vai voltar para a casa e vai amolar a gente. Ele está sempre quebrando as coisas, sempre causando muito dano dentro de casa. Então, não dá para ficar, doutor? O senhor é juiz. O senhor manda. Juiz faz tudo. Então, porque o senhor já não manda ele ficar uns três, quatro anos internado?”.

A mãe, o pai, a mãe, o irmão. “Nós já não queremos mais. Ele é indesejável, ele é diferente, ele nos envergonha na vizinhança. Doutor, dá um jeito. Deixa ele internado uns quatro, cinco anos, que já está de bom tamanho”.

Isso todos os dias. É uma coisa que se reproduz, as queixas, pelo fato do período ser de 15, 20, 30 dias. “Muito pouco tempo para ele já voltar para a minha casa, pelo amor de Deus”.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Eu entendo a dor das famílias. Eu entendo porque eu tenho um familiar muito próximo que tem, sofre de doença mental e é difícil lidar com isso. Mas a gente precisa se instrumentalizar para lidar com isso. E se uma família não tem condição de cuidar do seu doente, ele pode ser cuidado em um lar protegido, em um lar abrigado. A família muitas vezes também é vítima.

Então, o que a gente precisa é tratar o doente e tratar a família que também está adoecida. E dar instrumentos para essa família, para ela poder lidar com essa realidade. Porque o que fica parecendo é que a gente está fechando os olhos para a dor dessas famílias. Não é isso.

A gente sabe que essas famílias também são vítimas. Agora então porque não a briga ser, e a luta ser para a gente melhorar esse modelo de rede substitutiva? Para que seja um apoio para essas famílias e que elas entendam realmente que o familiar não precisa, ele pode ser tratado e ser mantido em serviços extramuros.

Então, eles também precisam aprender a mudar a cultura. Mas para isso eles precisam ter instrumentos, e aí entra os governos e o nosso papel. Então, na verdade, porque essa luta é muito mal compreendida. Parece que os a favor da luta antimanicomial quer fechar o hospital e pôr os doidos na rua, mas é uma ideia completamente equivocada. Mais uma vez é uma manipulação de informação, e que a imprensa embarca, não reflete sobre isso, é um absurdo.

A gente tem também uma imprensa intolerante e preconceituosa, infelizmente, eu posso falar, sou jornalista, eu vejo ao meu redor. Então, é isso. Estou falando muito, não é, gente. (Palmas.)

**A SRA. IRAILDES** – É Iraildes. Eu realizei um trabalho voluntário no Caps adulto na zona leste, aqui em São Matheus, e em relação a essa questão da família realmente, a família abandona os seus pacientes, os seus usuários de Caps. Não tem profissionais suficientes para realizarem esse trabalho com as famílias para essa aceitação.

Em 2010 nós perdemos dois pacientes por descaso de família. Ele foi morto, ele apanhava na 49ª delegacia, e é isso, está abandonado. Ai desculpa, o ar-condicionado. Eu acabo me emocionando muito porque eu também abracei essa causa da saúde mental e me apaixonei muito porque na minha família existe. O meu irmão foi uma pessoa que sofreu muitos maus tratos no hospital Vera Cruz ali no...

E na minha família também tem essa questão e eu sofro muito com isso. Eu tenho um irmão que nos causou muitos problemas, muito trabalho só que, como eu, pelo conhecimento de causa a gente aceita o meu irmão. É feito um trabalho muito humano, mas é um descaso muito grande.

Eu me emocionei muito com a sua fala, e é uma paixão muito grande por essa área da saúde mental, e eu vivo nessa luta, é constante a minha luta. Eu estou sempre lá no Caps e inclusive por conta própria, eu visito usuários de Caps até hoje. O que eu posso fazer pela família desses pacientes, eu faço.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Obrigado, Iraildes. Faz uma bateria de perguntas, sem quebrar seu raciocínio é o seguinte, só para todo mundo organizar o tempo.

Ela vai ficar conosco até às 16h. São 15h35min, então nós temos mais meia hora. Então, quem puder, a Daniela já vai embora, nós vamos passar um vídeo documentário que a professora Débora Diniz nos mandou, lá de Brasília, sobre um manicômio lá na Bahia que ela fez em 2009, “Casa dos Mortos”, então quem puder ficar, a gente passa o documentário da professora.

Então vai, fala seu nome.

O vídeo são 23 minutos, só para organizar. Quatro horas a Daniela vai embora, e nós ficamos mais um pouco, então vamos perguntar tudo que tem para perguntar agora. Dá uma caneta para ela anotar, só para não perder a cronologia. Fala, fala, pode perguntar.

**O SR. PAULO** – Meu nome é Paulo, eu sou, eu trabalho com o Plano Juventude Viva, que é um plano voltado a redução da vulnerabilidade de jovens negros à violência, e não sei se vocês acompanharam, mas segunda-feira a presidente Dilma recebeu da mão do ator Érico Brás, aquele do bando de teatro Olodum, que faz o Jurandir de “Tapas e Beijos”, uma carta reivindicando políticas para jovens negros pararem de morrer, porque o número de jovens negros, que são assassinados é três vezes maior do que dos jovens brancos.

Mas como quem trabalha nesse Plano, a gente tem o esforço um pouco antigo de tentar definir quem é esse sujeito de direitos, que está morrendo, está sendo desassistido completamente. Não há como. Aviões caem toda semana repletos de jovens negros. Quando um avião cai, todo mundo se comove. Mas cotidianamente jovens, a juventude tem passado por um holocausto, como você diz aqui, por um genocídio que são termos que já são nossos, é de todo mundo, não tem dono.

Sempre que a gente ouvir um cenário de extermínio como esse, a gente tem que retomar essa história sim. Mas o nosso esforço é de tentar entender qual é esse jovem que morre e ninguém se comove. É porque ele já morreu socialmente, muito antes da morte física dele acontecer.

Eu acho que o seu trabalho lança luz sobre essas vítimas, eu acho que a gente tem que criar pontes do seu trabalho com essa articulação. A presidente Dilma disse que agora é prioridade enfrentar esse tipo, está na boca dela, não sou eu que sou militante que estou falando.

E eu queria saber se você conseguiu ter uma apreensão, qual é a segmentação racionalizada desse problema, se existe uma maioria negra, porque eu acho que esses sujeitos são os indesejáveis.

É porque o nosso Estado, embora nós tenhamos uma Constituição democrática e pluricultural, nós temos instituições que não estão preparadas para lidar com tipos de cidadania ativa, que são construídas a partir de sujeitos como esses que são jovens, são negros, e a gente cria doenças, cria formas de delinquências, e os “noias”, assim, Estão na esteira desse genocídio de jovens pretos periféricos, e eu acho que o seu trabalho vem colaborar com o nosso empenho nesse sentido. Eu queria poder prosseguir o com o diálogo posteriormente.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Posso comentar?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Fala o que você quiser.

**O SR. CELSO FONTANA** – Meu nome é Celso Fontana, e meu apelido aqui no clube é Barbacena, porque minha família é de Barbacena. E eu entrei para o movimento negro muito porque meus amigos de infância, eu passava sempre as férias lá, alguns foram internados na Colônia.

Eu, ainda na década de 1950, eu me lembro que havia alguns, no depoimento eu não vou me esticar aqui, depois podemos nos corresponder por e-mail. Mas queria fazer essa provocação agregado a do Paulo que é o futuro secretário de combate ao racismo do diretório regional do PT de São Paulo, que é um olhar mais racial sobre a questão dessa história. Eu calculo que você não leu.

Na segunda edição, já que seu livro está fazendo sucesso, eu comprei seu livro em Diamantina agora nas férias. E estava na vitrine de destaque da melhor livraria de Diamantina, e li. E fiquei claro, empolgado porque eu passei muitas vezes em Barbacena, e queria, para refrescar a tristeza sobre esse assunto, dizer duas coisas.

Uma do Carlito Maia, pianista, que era grande amigo também do deputado Adriano Diogo, que eu parabenizo pelo evento. O Carlito dizia assim, “Eu sou de Minas, e mineiro não fica doido, piora”. Para amenizar um pouco.

E eu que tenho apelido até de Barbacena ou de Mineiro, embora seja paulistano, eu sempre cito que eu ouvia, quando criança em Barbacena que eles falavam assim, “Você é lá de Barbacena, a cidade dos loucos?”, e aí a turma de Barbacena falava assim, “Eu sou de Barbacena, mas não sou louco não, a gente só cuida dos loucos de fora”.

E era uma brincadeira, mas na verdade, a cidade viveu muita em função dos manicômios, e tinha uns 20% da cidade que trabalhava em função de saúde mental.

Mas quero aqui parabenizar e agradecer muito ao deputado Adriano Diogo e a vereadora Juliana Cardoso que deram para nós um banho de aula, mas na segunda edição, procure fazer um adendo, em cima de reflexões em cima de que os militantes negros poderão lhe ajudar, e eu me coloco dentro deles, para um olhar sobre o material que você já coletou, inclusive sobre as fotos, um olhar sobre a questão racial, como forma de agravar a herança escravagista e o racismo atual.

Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Eu queria colocar o seguinte, essa visão, essa questão dos negros internados, eles eram maioria, pelas fotos dá para ver. Quando você olha, você só não acha que é um campo de concentração nazista, porque tem negro, então, você consegue ver que a maioria é negra.

E a sua colocação foi muito importante, porque no final do ano passado a gente fez lá na “Tribuna”, no meu jornal, uma série chamada “Até Quando”, que era uma série sobre os jovens como autores e vítimas da violência. Porque antes de ser autor, o jovem, ele é vítima da violência. E a gente pela primeira vez fez uma abordagem corajosa que mostrou que quem morre tem cor nesse país.

E a gente colocou esses números, eu entrevistei o pessoal do observatório das favelas do Rio de Janeiro e a gente mostrou exatamente isso. Que o número de jovens negros mortos é três vezes maior do que o número de jovens brancos que morreram. Então, assim, essa é uma discussão que não está nos jornais, e que a gente colocou e a gente teve uma repercussão importante dessa série mostrando a trajetória desses meninos, a falta de oportunidade, como eles são vitimados até por serem, principalmente, por serem negros.

Eu estou fazendo uma matéria agora, que vai ser manchete do próximo domingo, que fala sobre educação. Mostrando que nas escolas públicas do Rio de Janeiro, os alunos são enegrecidos ou esbranquiçados de acordo com a nota. Então, foi feito uma pesquisa pela, é uma professora da PUC, em que ela pediu para as professoras colocarem qual era a visão que ela tinha daquele aluno. Se ele era branco, pardo, negro, enfim.

E ela colocou no início do ano. No meio do ano quando vieram às primeiras notas, se era aluno negro, se ele tinha boas notas, ele era embranquecido, tido como negro por ela. E se ele não tinha boas notas, o branco pode ser enegrecido. É isso.

Então, essa é uma longa caminhada, mas que tem que ser discutida. Então, achei ótima sua fala. Obrigada.

**O SR. LUIZ** – Boa tarde. Eu fiquei assim muito empolgado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Fala o seu nome.

**O SR. LUIZ -** Sou Luiz, sou da Juta e eu não sou de me expor nesses locais, mas eu faço uma luta há muitos anos sobre alcoolismo e drogas. Sobre essas instituições que internam sem ter o mínimo de preparo, que infelizmente no Brasil, a gente tem uma pessoa formada, o psiquiatra formado, que estudou durante muitos anos, e teve exatamente 16 horas/aulas falando sobre alcoolismo e drogas.

Então, eles não têm preparo para tratar de ninguém. E hoje se faz a internação compulsória, o que é ridículo. Eu fui uma pessoa, eu fui internado, eu sofri um bocado na minha internação, porque o único problema que eu tinha era alcoolismo, que eu sou alcoólatra. E o descaso com que a gente era tratado, da maneira que eu fui tratado, a gente é muito humilhado, não é só em Minas Gerais, aqui em São Paulo também. A gente tem hospitais aqui ridículos.

Hoje a gente tem aí um hospital de referência mundial, que é o Hospital Bezerra de Menezes, que só trata realmente “filhinho de papai”. Eu vou lá duas vezes, porque eu vou fazer palestra da minha área e infelizmente onde a gente mexe com a população carente, população que precisa realmente, a gente não consegue internar essas pessoas, a gente não consegue fazer um tratamento digno, a gente não consegue mostrar porque se inventou em São Paulo os Caps, que não tem pessoas preparadas para te tratar.

Para orientar essas pessoas de uma maneira que elas possam buscar, sair da lama que vivem. E a gente também, eu estava vendo o meu querido doutor falando, e eu tenho um desembargador que é muito amigo meu, Dr. Yoshiaki, e ele falava que na época dele de juiz, a pessoa cometia pequenos delitos, em vez de ele mandar a pessoa para a cadeia, o que ele fazia? Ele, como juiz, a sentença dele era: “Você vai ter que frequentar tal grupo, durante tanto tempo e tem que ser carteirinha assinada”. E salvou várias vidas.

Porque não nos prepararmos dessa maneira? Eu queria deixar aqui só esse adendo.

Obrigado.

**O SR. JOÃO ANTONIO FERREIRA** – Meu nome é João Antônio Ferreira. Eu sou sociólogo, profissional de saúde e trabalhei vários anos com o Adriano. Eu trabalho atualmente para a Juliana. Queria só lembrar um caso que ocorreu no ano passado.

Naquele auge da operação da Cracolândia, no ano passado, quando a polícia entrou na Cracolândia, a Secretaria Municipal de Saúde, aqui de São Paulo, contratou 300 leitos, em diversas clínicas, comunidades terapêuticas e aí chegou uma denúncia que houve uma morte. Uma pessoa foi queimada viva, em uma cela em uma comunidade terapêutica. Exatamente, lá em Cajamar.

Eu só queria relatar isso, porque a gente foi atrás, pegou todos os laudos dos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, que em 2012 visitaram essa clínica, e o que dizia? Medicação vencida, rottweiler para impedir fuga, comida servida em baldes. Exatamente. Celas.

E como foi a morte? Os pacientes eram trancados a noite dentro das suas celas. Teve um incêndio e demoraram demasiadamente para abrir as celas. E um paciente que podia ter sido encaminhado por um Caps, o Caps aqui de Pirituba, morreu vítima dessas queimaduras que teve nesse incêndio.

Então, o relato não é do passado. Não tem mais nome de hospício, não tem mais o nome de manicômio, mas essas clínicas, essas comunidades terapêuticas, esses lugares que, infelizmente, as famílias encaminham seus filhos, achando que vão buscar a cura, hoje reproduzem esse tipo de atendimento, esse tipo de procedimento nefasto.

**O SR. RAFAEL** – Muito boa tarde, o meu nome é Rafael. Eu faço um trabalho junto às crianças das favelas e cães abandonados. Muito bem, teve uma determinada colocação que uma companheira fez aqui, que eu não gostei dela dizer que um animal é a pior raça é o pitbull.

Não. A pior raça é o ser humano. A pior raça é o ser humano mesmo, porque o pitbull não levou Jesus Cristo à cruz, não o crucificou, nem nada.

Muito bem. Eu faço um trabalho junto às crianças de favelas. Eu compro tabuadinhas, ensino postura e vocabulário. Eu gostaria também de nós, negros, não nos colocarmos como coitadinhos. Uma coisa que o Lula fez que eu não gostei, a cota de faculdades para negros. Nós estamos tão bonitos e inteligentes como os brancos, os loiros e as loiras.

O Haiti foi liberto pelos escravos em 1804, mas só que de lá para cá os negros se acomodaram muito. Se acomodaram muito. Então eu gostaria, infelizmente aqui tem poucos negros, eu gostaria que nós negros nos aculturássemos melhor. Nós somos tão bonitos, inteligentes, quanto qualquer branco. E o pior racista é o próprio negro. Mesmo porque o Pelé, quando ele era pobre, ele se envolveu com uma negrinha empregada doméstica não aceitou a Sandrinha que era vereadora pelo PT como filha. Ela veio a morrer com câncer de mama.

Então, vejam vocês o seguinte, expuseram aqui todos os problemas, mas não falaram como resolver esses problemas, que é através de uma boa cultura. Porque eu dou tanto valor a uma boa cultura? Porque eu sou um cara inculto. Eu vim de lá das caatingas do Nordeste, das caatingas do Nordeste, então eu gostaria que nós nos apegássemos mais à cultura.

E eu gostaria mais que o pessoal passasse a frequentar mais as favelas, os baixos viadutos que é o que eu faço. Eu queria que esse pessoal fizesse essas palestras lá dentro das favelonas, no miolo das favelas. Eu gostaria que esse pessoal fizesse palestras lá nas favelas, lá no miolão das favelas, como no Primavera, nas Linhas Correntes, como dentro, não sei se existe também, lá dentro do Heliópolis.

Porque é um ambiente bonito. Eu fui almoçar ali, e quase cai duro. Eu prefiro não sair de lá, ficar dentro da favela, porque eu fui pagar um almoço aqui, R$ 30,00, ao passo que lá na favela, eu pago R$ 10,00. Então, eu pergunto, essa comida daqui é ouro? E a de lá, o que é então?

O que deveria ter aqui, no caso, sei lá, um prato de R$1,00, sei lá, aquilo que tem lá, porque é um absurdo. Trinta reais aqui dentro? Meu Deus do céu, eu gostaria que vocês fizessem uma visitinha lá nas favelas, se vocês quiserem, ou falarem “Ó, Rafael”, ou Negrão, meu nome é Rafael, mas eu gosto que me chamem de Negrão, Bahia, ou PT Cangaceiro, quando vocês quiserem fazer uma visitinha nas favelas, me convidem que eu vou com vocês.

Entenderam? (Palmas.)

**A SRA. –** Daniela, gostaria de saber se nas suas pesquisas houve internações por motivos políticos?

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Houve sim.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Fala nesse microfone.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Alguns militantes foram internados na época da ditadura. Também foram silenciados na Colônia.

**A SRA. –** Nós temos ainda várias perguntas.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Daí ela vai respondendo.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Eu quero falar para o Negrão que é o seguinte, eu me sinto muito à vontade de vir falar aqui, porque eu tenho um pé na favela. Eu trabalho há 18 anos na “Tribuna” e, enquanto meus colegas estão cobrindo as pautas oficiais, eu sempre estava nos bolsões de pobreza, e nas enchentes eu chegava ao jornal com a roupa suja de lama até aqui, eu entrava nas casas. Então, eu conheço essa realidade. Conheço bem, por isso eu me sinto muito à vontade de estar aqui falando.

**A SRA. ANA CÉLIA** – Boa tarde. Primeiro eu gostaria de te parabenizar e dizer que estou chocada. Meu nome é Ana Célia, eu sou da zona leste, Sapopemba.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Repete por favor, eu não...

**A SRA. ANA CÉLIA** – Meu nome é Ana Célia, eu sou da zona leste, Sapopemba. E dizer que estou chocada com tudo isso que eu ouvi, que eu já ouvi muitas vezes do meu pai. Eu tenho um filho de 18 anos hoje, eu estou emocionada.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Todos nós estamos.

**A SRA. ANA CÉLIA** – E ele tem necessidades especiais. A Ju sabe, o Adriano, muita gente aqui conhece ele. E eu quero dizer assim, muitas vezes ele teve situações de ser descartado em vários lugares, principalmente em escolas, que a Ju sabe a luta que eu estou para colocar ele em uma escola.

E o preconceito não é só do lado de fora, dentro da família também existe muito, principalmente dos familiares próximos, já ouvi para pegar ele e jogar nas Casas André Luiz. Só que assim, enquanto houver amor e ele tiver os pais dele e a irmã, ele vai continuar conosco porque acima de tudo o amor que eles transmitem para nós, é incondicional.

Não existe amor maior para aqueles que procuram amor e não conseguem absorver o amor de outras pessoas. Só isso. (Palmas.)

**O SR. ANDRES** – Boa tarde. Eu vou ser breve. Só quero falar uma coisa bem importante.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Só fala o seu nome, por favor.

**O SR. ANDRES** – Andres. O sistema educativo é exclusivo. E exclusivo como eu falo, é porque ele exclui as pessoas que não conseguem se adaptar a ele. E ensinam os pais que não tem um jeito de educar um filho que não pode ser educado.

Porque no sistema educativo atual, a família não aprende a mexer com as diferentes etapas que tem uma pessoa no decorrer da sua vida. Não aprende o marido como atender uma mulher, na época de sua menopausa. Um pai não aprende como atender uma criança até os 8 anos, não sabem coisas básicas que geram problemas no futuro. Porque nós temos um sistema exclusionista, onde temos que ser indiferentes.

Porque se nós somos solidários, como o parceiro do lado, vamos ter que falar que a resposta que ele está dando está errada. E que ele tem que aprender, porque na universidade só tem vaga para 500 pessoas. Então, eu vou entrar e você não entra. Eu estou em uma medida de protesto faz anos. Eu não vou me juntar nesse sistema educativo exclusivo, esse sistema educativo excludente, onde você tem que aprender para o outro ignorar.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Uma coisa interessante que você falou nessa matéria que eu estou preparando para domingo que vem é exatamente isso. Uma das grandes crises da indústria brasileira é que os professores, eles aprenderam a dar aula para os alunos ideais. E esses alunos, eles não existem. Então, o aluno que não tem problema, o que está bem alimentado, o que é bem nascido.

Então, é para esses alunos que eles sabem dar aula, e os outros não tem condições de aprender. Por isso essa crise. Um dos motivos é esse. Essa busca de aluno ideal. Eles não estão preparados para lidar com uma sociedade de diferentes e que hoje tem acesso à escola.

Então, eles reproduzem na escola essa exclusão, os preconceitos, e aí é um dilema. Em uma pesquisa que a gente encontrou, a professora disse: “Eu detesto os meus alunos”. Então, isso não tem como dar certo. Só pode dar errado.

**O SR.** – Daniela, quem sabe uma hora você vai pesquisar os abrigos também, porque os abrigos aqui de São Paulo e de muitos lugares do Brasil são feitos só para crianças boazinhas, porque as outras vão para a Fundação Casa. Aqueles que não entram no esquema vão para a rua. Os albergues para a população de rua também a mesma coisa.

Eu tenho encontrado lá no abrigo de emergência, seria interessante você visitar porque é o campo de concentração que está instalado aqui em São Paulo, patrocinado pela Prefeitura, onde domingo, à noite, não tinha água potável e onde a situação higiênica é a pior ou parecida com essas que a gente está vendo aqui.

Então, isso que foi colocado, essa exclusão, ela se repete como normalidade ou anormalidade. Então, o normal é a criança que obedece, que faz tudo que o dirigente do abrigo diz. Você sabe que tem abrigos que dizem que não recebem pervertidos. E o pior. De que foi aprovado aqui em São Paulo e foi feito um ajustamento de conduta com a Prefeitura para criar abrigos para os pervertidos. Para aqueles que...

Depois nós falamos de inclusão! Mas fizemos abrigos para aqueles que as entidades, inclusive as entidades religiosas, não aceitam e não querem. Assim acontece também com a população em situação de rua. Eu encontrei nesse abrigo, nesse alojamento na Zachi Narchi vários que estão restritos. Não podem ir na rede comum. Então, vão para uma, ficaram fora e vão nesse abrigo.

Seria muito interessante visitar. Eu levei nessa última semana três bispos para visitar esse local e temos tido um embate terrível com o Poder Público. O Dr. Valério viu outro dia, nossa reunião do Conselho de Monitoramento da População de Rua com a Secretaria da Saúde, e é terrível o embate que nós tivemos, porque ainda é visto aquilo que está sendo feito como humanista.

Nessa semana, levamos também um vereador. O vereador Toninho Vespoli visitou esse local e isso é visto como normal. Como mérito. Assim como um hospital como esse era visto de certa forma como normal.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** É a cultura higienista aí a todo vapor. A gente quer continuar limpando a sociedade. Da escória.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Pessoal, está chegando o fim. Tem mais alguém que queria falar alguma coisinha? Duas pessoas.

**O SR. KENNEDY** – Meu nome é Kennedy, eu sou o administrador...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Um minutinho, deixa o Dr. Malheiros se despedir dela.

**O SR. KENNEDY** – Eu sou administrador número dois do Vila Formosa I, do cemitério. Eu queria falar o que eu relatei hoje na prática. Hoje foi uma família fazer a exumação de uma criança, depois de 3 anos. A mãe faz o sepultamento e, depois de três anos vai pegar os despojos, os restos mortais e mesmo assim, na cabeça dela ela vai imaginar a criança daquela forma. E ela: “Não, moço, é só isso? Só o fêmur? Só o crânio?”.

Quer dizer, uma pessoa que teve o sepultamento, depois de três anos, teve aquele luto, ainda tem aquela dor. Imagina a pessoa que sumiu e a família nem pode ter aquele sepultamento? Quer dizer, a pessoa imagina que ele pode voltar, imagina que pode estar vivo, é um luto eterno.

Então, você falou uma frase que eu achei interessante. Agir com indiferença é fácil. Sentar a bunda na cadeira e não saber o que acontece no cemitério é fácil, só dar ordens. Agora, você acompanhar o processo é diferente.

Eu acho assim, nós vamos agir com diferença e não com indiferença. O Ministério Público entrou em contato conosco. Nós vamos ir a fundo nos refugiados políticos. Vamos criar um memorial. Se Deus quiser, nessa gestão nós vamos criar um memorial dos refugiados políticos e colocar uma identificação como forma humana igualitária. Obrigado a todos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Então está bom?

**A SRA. –** Mais um.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Mais um, vamos lá.

**O SR. BENEDITO** – Eu me chamo Benedito. Eu estava fazendo uma reflexão aqui sobre uma música do Cazuza que fala “O tempo não para”. E ele fala assim: “Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades”.

Sobre essa situação que você descreve, e ao mesmo tempo eu faço um paralelo com o que aconteceu na Casa de Detenção, onde mataram 110 pessoas e o governo do estado não foi processado. Eu me sinto até culpado. Eu me sinto violentado, porque eu sou um cidadão do estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Obrigado. (Palmas.)

Daniela, faz o fechamento. A Daniela vai fazer o fechamento, ela sai e quem puder permanecer, nós vamos expor. Padre Júlio também, se quiser dar uma palavrinha, Veloso, ah, Ju, me desculpe...

**A SRA. JULIANA** – Desculpa. Mas é que realmente eu fiquei muito impactada, emocionada e ainda estou. Acho que, o Adriano sempre traz para nós uma organização do que aconteceu no passado, que trabalha na nossa, eu vou ler, eu escrevi, porque eu não ia conseguir falar, então é melhor escrever.

Que são histórias que, graças a pessoas como a Daniela, o Adriano, e entre outras pessoas, dá oportunidade para a gente conhecer e saber que existiam sim, essas pessoas que são más, que de fato, que são pessoas que poderiam ser chamadas de loucas sim, porque colocam uma forma dessa organização do indiferente, de maltratar o ser humano, de colocar a pessoa nessa situação que foi colocada aqui, que foi demonstrada.

E aí a gente reflete do que acontece, o que aconteceu e que está na história e que vocês colocam à tona isso e a continuidade disso no dia de hoje, porque a gente se depara com pautas que hoje tem, como a questão da cura gay, a questão da redução da maioridade penal, da internação compulsória ou a questão mesmo da bolsa estupro, que é colocado aí, querem colocar em uma legalidade para trabalhar com isso para poder fazer a maldade com o ser humano.

Então, eu acho que eles vêm disfarçados, esses temas disfarçados onde tem uma sociedade que é muito preconceituosa, que coloca esse ser humano como um diferente. E como não está no padrão da sociedade, ele tem que ser punido.

Eu queria muito parabenizar vocês todos, e agradecer também meu companheiro, amigo Adriano Diogo que sempre dá oportunidade para a gente conhecer, aprender e amadurecer. Principalmente a nossa ideologia.

Muito obrigada. (Palmas.)

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Eu queria, eu não vou falar mais não. Quero agradecer a oportunidade que me foi dada de conversar com vocês e de estar aqui. Eu acho, e me perguntaram isso, alguém, um jornalista: “Por que você veio na Comissão da Verdade falar de um assunto?”. Como se a Comissão da Verdade não pudesse ser mais nada além da ditadura.

E eu falei, “Porque a gente tem muito em comum. A gente está buscando a verdade”, e a nossa luta é contra o silenciamento, e qualquer forma de silenciamento, é trazer todos esses arquivos à tona.

Eu estou muito feliz de estar aqui. Agradeço o carinho de todos vocês. Hoje à noite vai ter o lançamento na Cultura da Paulista, quem puder ir eu vou ficar muito honrada, e é isso.

Obrigada por tudo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Vai falar?

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Lá eu não vou falar nada. Já falei muito aqui. Eu não vou falar nada. Eu prometo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Que pena. Mas ela disse que vai voltar daqui um mês, aí ela avisa a gente e a gente faz mais uma rodada.

Tem uma menina que quer fazer uma perguntinha. Ela é neta do David Capistrano, desaparecido político, e sobrinha do médico David Capistrano, já morto. Então, Capistraninha.

**A SRA**. – Eu só queria lembrar essa experiência do David Capistrano, lá em Santos, que toca todo mundo e a gente fica lembrando as coisas que ele contava, e uma delas era que lá em Santos, ele fez uma entrevista lá com o pessoal, quando ele entrou com pé na porta do Anchieta, ele entrevistou o pessoal e a maior reivindicação do pessoal que estava preso lá, vamos chamar de preso, era calcinha, sutiã e cueca.

E eles fizeram uma compra disso com o dinheiro público, na época, depois de eles terem relatado tudo que aconteceu lá e tal. E eu só queria lembrar que ele perdeu em todos os processos, porque era uma entidade privada e ele perdeu em todos os processos.

Eu tinha uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Pode fazer.

**A SRA**. – Mas acho que a pergunta que eu tinha era essa. A gente ouviu relatos aqui de pessoas que sabem de casos que continuam acontecendo, depois disso eu trabalhei na Associação Saúde da Família, e eu vi uma diretora minha voltar do Rio de Janeiro muito impactada em uma cidade, que agora eu não vou lembrar o nome que acontecia casos horrorosos, isso o David Capistrano já tinha morrido há seis anos, e a história já estava mais do que relatada, contada e inclusive filmada com filmes que foram censurados depois e tudo.

Mas que ela voltou e eram casos que continuavam acontecendo no Rio de Janeiro e quando ela me contou, eu nem vou contar aqui, porque acho que todo mundo aqui já está de cabelo em pé de tudo que ouviram. Mas assim, histórias horrorosas de oito anos atrás.

E agora eu estou ouvindo histórias horrorosas que foram de agora. Então a minha pergunta era mais sobre como você está se relacionando com esses casos que aconteceram. E a minha pergunta como jornalista era, para você como que foi esse processo? Mas você está apressada e não precisa mais me responder por que eu li uma entrevista sua muito boa já na Internet, mas enfim, era isso que eu queria lembrar esse caso lá de Santos.

**A SRA. DANIELA ARBEX –** Eu acho só que o que a gente tem que lutar e brigar sempre é para continuar denunciando, porque se os abusos continuam acontecendo é porque a gente está fazendo pouco. Então, a gente tem que continuar, não desanimar, eu acho que a gente tem que brigar pelo bem social para fazer o bem pela nossa sociedade.

Eu fico muito assustada com a cultura que a gente tem visto do ódio, da intolerância, as pessoas se matando, porque uma buzinou para outra nos sinais, isso é chocante. Eu falo, meu Deus, que civilização é essa e que tipo de cidade a gente está construindo?

Então, a gente tem que falar mais, se reunir, para que a gente se fortaleça e continue nessa luta para que a gente consiga mudar esse país.

É isso. Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Daniela, obrigado. Enquanto você assina esses dois livros, é, autografa, eu já queria começar. Quem puder, quem precisar se retirar lógico, ninguém vai considerar um desrespeito, uma deselegância.

Daniela, eu não vou ficar esticando, muito, muito, muito obrigado. Continue firme. O Brasil precisa de pessoas como você. E aí você vem uma outra vez fazer manicômio e ditadura, porque hoje só foi aberto e leve. Obrigado.

Enquanto isso, quem puder permanecer, pode fazer bagunça, não tem problema. Nós já vamos começar o vídeo documentário da professora Débora Diniz sobre o manicômio da Bahia, 2009. Pode pôr. Quem quiser. Maneirinho, pode vir pegar o autógrafo.

O Alípio não aparece, cortaram a parte do Alípio.

\* \* \*

- É feita a apresentação do vídeo.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Dá um pouquinho de contraste na tela. Dá um pouquinho de contraste de luz na tela. É um documentário sobre um manicômio da Bahia, 2009.

\* \* \*